

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

SARA BEATRIZ SILVA DE OLIVEIRA

**MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO LATINO-AMERICANO E RENOVAÇÃO
DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UMA HISTÓRIA COM COR**

FRANCA

2023

SARA BEATRIZ SILVA DE OLIVEIRA

**MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO LATINO-AMERICANO E RENOVAÇÃO
DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UMA HISTÓRIA COM COR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva.

FRANCA

2023

SARA BEATRIZ SILVA DE OLIVEIRA

**MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO LATINO-AMERICANO E RENOVAÇÃO
DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UMA HISTÓRIA COM COR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais (FCHS), para obtenção
do título de bacharela em Serviço Social.

Franca, 30 de novembro de 2023.

Banca examinadora

Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva
Orientador

Prof^a. Dr^a. Fernanda de Oliveira Sarreta
Examinador

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Piana
Examinador

O48m	<p>Oliveira, Sara Beatriz Silva de</p> <p>Movimento de reconceituação latino-americano e renovação do serviço social brasileiro : uma história com cor / Sara Beatriz Silva de Oliveira. -- Franca, 2023</p> <p>56 p.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca</p> <p>Orientador: José Fernando Siqueira da Silva</p> <p>1. Movimento de Reconceituação. 2. Renovação. 3. Serviço Social. 4. Fundamentos. 5. Racismo. I. Título.</p>
------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

AGRADECIMENTOS

A concretização desse trabalho não é um sonho só meu, e como canta Raul Seixas, "sonho que se sonha junto é realidade". Então, devo um agradecimento a muitas pessoas que não permitiram que eu parasse de sonhar nesses quatro anos de UNESP Franca.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, José Fernando, que desde o primeiro momento em que o contatei, lá em 2021, dizendo que gostaria de pesquisar sobre revoluções latino-americanas, não mediu esforços para me ouvir e integrar ao seu grupo de estudos e pesquisa. O José não me conhecia pessoalmente e pouco sabia sobre minha trajetória na universidade, mas me ajudou a crescer como estudante e pesquisadora, auxiliando na organização de ideias, ouvindo minhas angústias pandêmicas e compartilhando as dele, me permitindo entender que eu não estava sozinha nesse mundo acadêmico. Atualmente, no ensino presencial, só tive a confirmação de que não poderia ter escolhido outro docente para construir esse trabalho. Para além da bolsa PIBIC e dos aprendizados com o GEPEM, ele me auxiliou a alcançar voos maiores dentro do Serviço Social e não perder o horizonte de uma formação crítica, marxista e coletiva.

Agradeço, com muita alegria no coração, a minha mãe: nós conseguimos, Mazé. Ela, que sempre me permitiu enxergar a educação como libertadora, não faltava em uma reunião escolar, do meu pré até a conclusão do ensino médio. Minha mãe é a maior companheira que tenho nessa busca por realizar meus sonhos e ambições, apoiando materialmente ou por meio de orações, sei que ela sempre está comigo. Eu sempre dizia que queria fazer 18 anos, entrar na faculdade e sair de casa. Mal sabia eu que, depois de completar 17, mudar para Franca e dar de cara com uma pandemia, minha maior vontade seria voltar para o colo da minha mãe. Obrigada por cada mensagem de bom dia, por celebrar cada vitória e me dar abertura para também sentir as derrotas. Sei que a vó, de onde estiver, está feliz por nós nesse momento. Agradeço também aos meus irmãos, Fábio, Gustavo e Ana. Sei que a nossa relação melhorou com a distância, mas sempre torci por vocês de perto, assim como sei que torceram por mim.

À minha companheira, Clara, agradeço por cada sorriso e lágrima que dividimos durante nossas graduações. Nossas trocas foram essenciais para que eu chegasse até aqui, te conhecer foi um dos maiores ganhos que a UNESP me permitiu viver. Esse trabalho é em parte, fruto da força que encontrei no nosso cotidiano compartilhado, que contou com desafios

em meio as tragédias da pandemia, mas também com muito amor, afeto e força para superarmos cada obstáculo. Te admirar de perto me ensinou a ser forte e não deixar a minha voz calar quando tenho muito a dizer, obrigada por tudo e mais um pouco. Essa conclusão é apenas o nosso (re)começo.

À minha nova segunda família, Celina, Marina, Martim e Irene, obrigada pelo acolhimento mesmo a distância. Vocês me trouxeram muita alegria, motivação e segurança nesses anos de graduação. Obrigada por comemorarem minhas conquistas e pelas trocas quando estamos juntos. Agradeço em especial ao Martim, por não me deixar esquecer a pureza de ser criança, brincar e imaginar grandes coisas. Viver se tornou muito melhor depois que ele me escolheu como tia.

À irmã que a graduação me deu, Mayara, devo a motivação do meu trabalho. Obrigada por ter sido minha casa quando cheguei e além de tudo, ter sido uma referência como mulher negra. Hoje me enxergo como sou, porque pude ver você, motivada a pesquisar e lutar pelos nossos. Sua ausência tornou esses últimos anos mais difíceis, mas acima desse sentimento, guardo as lembranças boas da sua presença no meu primeiro ano. Mais uma vez, obrigada!

À Mazinha, que também integra a família que fiz em Franca, agradeço por cada riso que sua companhia me permitiu viver. Sei que nosso laço vai para além de qualquer limite geográfico e que ainda celebraremos muito juntas. Obrigada por sempre estar presente e por saber o que dizer quando eu nem mesmo sabia que precisava escutar. Que nossa amizade seja sempre forte e duradoura.

Ao Gabriel, que muito além de professor de história, se tornou um amigo. Em quatros anos de graduação, ainda não encontrei aulas melhores que as suas. Obrigada por sonhar a universidade pública junto comigo, por me incentivar a buscar o Serviço Social e acreditar em mim, até mesmo quando nem eu acreditava. Sou grata por você ter me colocado em contato com a pesquisa e extensão, despertando duas paixões que carrego em mim e por sempre acreditar na educação, defendendo o nosso ensino público, gratuito e de qualidade.

De forma geral, agradeço ao Instituto Federal de São Paulo por ter aberto as portas para que eu e outros alunos tivéssemos uma educação libertadora. Em especial ao querido Diógenes, que em suas aulas de sociologia afastou a caverna de Platão e nos permitiu conhecer um ensino crítico.

Aos meus amigos de sala, agradeço pelas manhãs alegres e acolhedoras. Nesse último semestre vocês foram meu respiro, sonhamos juntos essa reta final e não há sensação melhor do que poder dizer: conseguimos! E aos meus amigos de faculdade no geral, obrigada por me permitirem viver momentos inesquecíveis.

Agradeço minha melhor amiga de graduação, Leticia, que sempre esteve on-line para nossa amizade. Quando me mudei para Franca, não achei que poderia cultivar vínculos tão especiais e você me mostrou o contrário. Obrigada pelo companheirismo, por topar várias loucuras, trocar tantos aprendizados e na falta de terapia, ter escutado com atenção as minhas angústias. Tenho certeza de que nossas conquistas estão só começando.

Ao meu amigo e vizinho Artur, agradeço por todas as músicas que ouvimos juntos e acalmaram meu coração. Nossa aproximação nessa reta final foi "Lucro", como na música do Baiana, que sempre me lembra você. Que nossas trocas não parem por aqui e nossa amizade seja tão grande como a trajetória musical de Jorge Ben Jor.

À Marcella, que apareceu de surpresa na minha vida, se tornando uma companhia alegre e inspiradora dentro e fora da UNESP, agradeço por me mostrar que nunca é tarde para fazer uma nova amizade.

Aos meus amigos de longa data, Poli e Hugo, obrigada por não desistirem da nossa amizade mesmo com a distância e por sempre se mostrarem presentes quando precisei. Em muitos momentos da graduação, apenas vocês trouxeram o conforto que eu precisava, com mensagens, áudios e ligações. Que agora possamos retomar sem as barreiras digitais.

Por fim, agradeço ao PETSS, que me permitiu viver o tripé que sustenta a universidade pública: o ensino, pesquisa e extensão. Foram anos intensos ao lado desse grupo, em que pude aprender a enxergar o Serviço Social como construção contínua e coletiva. Antes de pensar na UNESP, eu já pensava no PET. Integrar esse grupo foi também a realização de um sonho.

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade compreender os principais elementos e expressões resultados pelo movimento de reconceituação latino-americano no Serviço Social brasileiro, analisando as particularidades temporais desse processo e suas protagonistas. Um dos objetivos que diferencia esse estudo, é o destaque dado para os sujeitos que construíram o debate da questão étnico-racial dentro da profissão durante a sua renovação, que será investigado a partir da metodologia de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, inspirado no método materialismo histórico-dialético, fundamentado pela Teoria Social de Marx. Além da pesquisa bibliográfica, busca-se aprofundar a materialidade vivenciada por assistentes sociais negras, partindo do princípio de que o método utilizado está centrado na compreensão do real e de que não há nada mais concreto do que as vivências e perspectivas dos indivíduos registradas em entrevistas, palestras e outros meios midiáticos.

Palavras-chave: Movimento de Reconceituação; Renovação; Serviço Social; Fundamentos; Racismo.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to understand the most important elements and expressions that derived from the Latin American reconceptualization movement in Brazilian Social Service, analyzing temporal particularities of the process and its protagonists. One of the objectives that differentiates this study is the emphasis given to the people who assembled and fed the debate on the ethno-racial issue within the profession throughout its renovation, which will be investigated based on qualitative bibliographical research methodology, inspired by the Dialectical and Historical Materialism method, on the grounds of on Marx's Social Theory. In addition to bibliographical research, we seek to delve deeper into the materiality experienced by black social workers, assuming that the method used is centered on understanding reality and that there is nothing more concrete than the experiences and perspectives of individuals recorded in interviews, lectures and other media.

Keywords: Reconceptualization Movement; Renovation; Social Service; Fundamentals; Racism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PARTE 1 - A HISTÓRIA NA MÃO: FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E SERVIÇO SOCIAL.....	13
1.1 O Brasil e a “assim chamada acumulação primitiva”	13
1.2 Capitalismo dependente e a nova ordem de classes no Brasil	18
1.3 O Serviço Social na história: notas sobre a gênese e a renovação do Serviço Social brasileiro	23
1.4 Ditadura, Serviço Social e Movimento de Reconceituação: águas novas brotando	27
1.5 O Movimento de Reconceituação e as expressões nos seminários de Serviço Social: elementos da renovação conservadora	32
1.5 Intenção de ruptura e o Método de Belo Horizonte: a renovação crítica.....	33
PARTE 2 - RECONCEITUAÇÃO E RENOVAÇÃO CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: ONDE ESTAVAM AS (OS) NEGRAS (OS)?	36
2.1. Questão racial, ditadura militar, estratégia coletiva de resistência e Movimento Negro Unificado (MNU).....	36
2.2. Assistentes Sociais negras e a reconceituação	39
2.3. O pioneirismo de Maria de Lourdes do Nascimento	41
2.4. A pureza do samba de Dona Ivone Lara	44
2.5. Memória viva de Matilde Ribeiro	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

O foco do presente estudo se concentra na relação entre o Movimento de Reconceituação latino-americano e o Serviço Social brasileiro, que culminou com a construção da direção social estratégica dos anos 1990, conhecida como Projeto Ético-Político Profissional. Para se firmar nas bases críticas atuais, o Serviço Social brasileiro passou por um longo processo de ruptura com as práticas tradicionais durante o século XX, no qual estabeleceu uma nova visão da realidade e das expressões da questão social (Iamamoto, 2007). Esse momento latino-americano, intitulado de Movimento de Reconceituação, reconheceu as demandas da classe trabalhadora e a (o) assistente social como parte dessa classe. Ademais, explicitou a necessidade de afirmar um posicionamento diante da conjuntura de crise econômica, social e política na América Latina, no contexto particular dos anos 1960-1970.

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre o Movimento de Reconceituação na América Latina e a renovação crítica do Serviço Social brasileiro, relação que, entre outras coisas, estabeleceu as bases iniciais para o compromisso social da profissão com a classe trabalhadora no Brasil e o rompimento com o Serviço Social tradicional e clássico (Netto, 1992, 1991). Em meio a esse processo, assistentes sociais negras exerceram um papel fundamental, que consiste na introdução de um debate étnico-racial no contexto de mito da democracia racial, além de serem responsáveis por produções teóricas, muitas chamavam atenção para um trabalho humanizado com a população negra. Diante disso, foram escolhidas três mulheres negras do Serviço Social brasileiro, sendo elas: Maria de Lourdes Vale Nascimento, Dona Ivone Lara e Matilde Ribeiro. Entre elas, temos respectivamente duas pioneiras que estão entre as primeiras profissionais negras da categoria, formadas antes da regulamentação e com as bases tradicionais, mas, como veremos posteriormente, sempre foram diferenciadas no que tange a visão sobre a questão social. Já Matilde, cuidadosamente escolhida para representar a renovação crítica, integra o grupo de mulheres negras que fizeram suas vozes serem escutadas dentro das entidades e congressos, ressaltando a importância de um debate de gênero, raça e classe para guiar a profissão no principal momento de construção do Projeto Ético-Político.

Para execução do presente estudo, foi utilizado o método da pesquisa bibliográfica e documental, baseada no método materialismo histórico-dialético, buscando extrair elementos de obras clássicas do Serviço Social brasileiro e de análises sobre acumulação capitalista na América Latina. Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados quatro procedimentos principais, a partir do método materialismo histórico-dialético, sendo eles:

a) o estudo de obras centrais sobre momento histórico do Movimento de Reconceituação a partir de teóricos latino-americanos, parte delas registradas nas referências bibliográficas deste projeto;

b) diálogo com obras que permitiram a abordagem de temas tais com o imperialismo e dependência latino-americana;

c) estudo dos documentos específicos sobre o Movimento de Reconceituação e suas reverberações na profissão no Brasil, como renovação conservadora ou crítica;

d) estudo coletivo sobre as revoltas populares nos anos 1960 e a influência na renovação do Serviço Social brasileiro.

A pesquisa precisa considerar a historicidade do Movimento de Reconceituação no Serviço Social, bem como compreender o debate latino-americano no âmbito das tendências teóricas em curso neste continente e as particularidades desse processo no Brasil.

A participação no Grupo de Estudos e Pesquisa Marxista (GPEM) também foi um recurso utilizado, para aproximar a pesquisa da linha utilizada pelo orientador e ampliar a discussão na universidade. A pesquisa foi levada para espaços de discussão do grupo e eventos internos, possibilitando um intercâmbio de ideias e recursos para materialização do estudo.

O interesse pelo tema surgiu do primeiro contato com a iniciação científica, em que fui contemplada com a bolsa PIBIC para pesquisar o tema "Movimento de Reconceituação: elementos fundantes e expressões no Serviço Social brasileiro", em que pude investigar com cuidado a trajetória do Serviço Social e me sentir pela primeira vez uma pesquisadora. A contemplação da bolsa foi fundamental para minha permanência na Universidade e reconexão com ela. Aprofundar a temática dos fundamentos foi tão significativa, que, após finalizar a pesquisa anterior, segui com a temática e fui contemplada novamente com a bolsa, agora para estudar a participação de assistentes sociais negras dentro da história da profissão, com o título "Movimento de Reconceituação e renovação do Serviço Social: uma história com cor", que também leva o nome do presente trabalho de conclusão de curso. Esse tema é fruto da ausência de mulheres negras registradas na construção da profissão e da necessidade de mudarmos essa realidade. Dizem que pesquisamos o que nos toca e faz sentido com a nossa vida, e de fato, a falta de professores negros e de referências negras nas bibliografias sem ser por meio de um recorte, marcaram minha trajetória, me levando a abraçar a missão de mudar –ou pelo menos tentar- a realidade que cerca a graduação de Serviço Social na UNESP-FCHS. A motivação de concluir essa tarefa, para além dos auxílios socioeconômicos, foi a razão da minha permanência na universidade, que tanto questionei nos anos de pandemia. Em 2020 me tornei a primeira

pessoa de casa a ingressar no ensino superior, e ainda em 2020 vi esse sonho ser impactado pela pandemia da COVID-19 e todas suas consequências, que na minha particularidade resultou na perda de familiares e no distanciamento da minha família por oito meses, ao escolher permanecer em Franca como forma de priorizar os estudos, tendo em vista que na minha antiga casa não teria estruturas para o ensino remoto. Sem mais delongas, pesquisar me deu forças para continuar enegrecendo a sala de aula, com uma base marxista e inspirada no legado de mulheres negras que abriram os caminhos para mim e meus semelhantes dentro do Serviço Social.

Este trabalho foi dividido em dois momentos, separado em duas partes, em que na primeira parte é realizado um resgate histórico a fim de fornecer uma introdução sobre a formação social brasileira e sua influência no Serviço Social brasileiro, desde sua criação até o momento intitulado de ruptura, em que a base tradicional perde sua força. Esses elementos fornecem uma facilidade de conexão com o segundo momento, que consiste na transcrição do legado do movimento negro na sociedade e seus expoentes no Serviço Social, representados por três assistentes sociais negras que vivenciaram fases diferentes na profissão, sendo elas o Movimento de Reconceituação latino-americano e a Renovação Crítica.

PARTE 1 - A HISTÓRIA NA MÃO: FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo será dedicado à compreensão da formação social brasileira e os processos que levaram a formação das classes sociais e seus conflitos, que compõem a questão social na sua essência. Os subcapítulos a seguir realizarão uma retomada histórica até o momento do Movimento de Reconceituação latino-americano e a renovação do Serviço Social brasileiro.

1.1 O Brasil e a “assim chamada acumulação primitiva”

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre o produtor e o meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Marx, 1996, p. 340)

É a partir desse manuscrito de Marx que pode ser introduzida a compreensão dos principais elementos que diferenciam a formação do Serviço Social brasileiro do restante da categoria ao redor do mundo, sendo necessário retomar a linha do tempo do Brasil e analisar a estruturação econômica e social constituída no país, que perpassa processos de violência e apropriação, tanto da terra quanto da vida. Ao retomar o período de colonização, é possível associar a invasão portuguesa com o conceito de acumulação primitiva, utilizado por Marx, para descrever a inserção do modo de produção capitalista na Inglaterra feudal e também no resto do mundo, entre os séculos XIV e XV. A relação entre a acumulação e a colonização se dá pela imposição sobre a posse da terra, que anteriormente era habitada e utilizada para manutenção da vida e subsistência de povos originários, em maioria, brutalmente assassinados e dominados pelos colonizadores.

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. (Marx, 1996, p. 341- 342).

A partir da invasão portuguesa, a estruturação do Brasil se deu dentro de uma lógica de trabalho escravizado e distribuição de uma terra anteriormente “livre” para colonos produzirem riquezas para coroa às custas do território dominado. Os povos originários, quando não mortos, eram obrigados a renunciar a sua cultura e identidade para reproduzir os costumes dos colonos, desde questões como as vestes e religião, até os meios de lidar com a terra, sendo a igreja

católica uma das maiores influências nesse processo de colonização. Pouco tempo depois essa lógica foi estabelecida aos escravizados africanos, que foram retirados de seu continente para produzir capital sem retorno, apenas recebendo violência e desumanização, que fazia desses indivíduos meros objetos para proporcionar a acumulação de riquezas pelos colonos portugueses. Essa lógica, apesar das transformações históricas, se manteve por mais de 400 anos.

É importante ressaltar que todo tipo de economia nas colônias influenciava na transformação do capitalismo a nível mundial. Ao realizar um salto temporal para contemporaneidade, é possível identificar elementos do que Silvio Almeida afirma ao tratar sobre o racismo estrutural na sociedade brasileira, que é intrínseco à formação da sociedade capitalista.

O racismo, certamente não é estranho à expansão colonial e a violência dos processos de acumulação primitiva de capital que liberam os elementos constitutivos da sociedade capitalista. (Almeida, 2018, p. 135)

Essa ideia dialoga com o que Karl Marx indicava em sua época a respeito do sistema escravocrata, que se expandia na América-Latina, sendo um dos principais fatores que fazia a economia capitalista se instaurar entre colônias e colonizadores, devido a produção de matérias primas que eram encaminhadas para países industrializados, como a Inglaterra.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saque das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras que caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. [...] na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. (Marx, 2013, p. 821)

Não é possível pensar a formação social brasileira sem considerar o período escravista, aliado à acumulação primitiva, como fator determinante da estruturação do sistema que rege a atualidade, no campo da economia política, e também na subjetividade das relações. Por aproximadamente quatro séculos, a dinâmica de classes do Brasil era baseada na relação senhor e escravo, onde os interesses eram extremamente opostos. Clóvis Moura, em sua obra “Dialética Radical do Brasil Negro”, elucida que existiram duas fases fundamentais dentro do período de escravidão, sendo elas diferentes de acordo com as particularidades regionais sem que se

estabeleça uma ordem cronológica padronizada. O primeiro período, denominado escravismo pleno, seria de aproximadamente 1550 até 1850; o segundo período, intitulado de escravismo tardio, de 1551 até 1888, ano da abolição. Moura afirma que a caracterização do primeiro período se dá justamente pelo conflito entre senhores e escravos, citado acima, que dinamiza toda sociedade colonial

Abrange, portanto, todo período colonial, a fase do reinado de D. João VI, o Império de D. Pedro I e de D. Pedro II. Nesse longo período de mais de trezentos anos, estrutura-se e dinamiza-se o modo de produção escravista no Brasil com todas as características que determinarão o comportamento básico das duas classes fundamentais em sua estrutura social: senhores e escravos. (Moura, 1994, p. 35)

O sentido dessa afirmação está na centralização de poder por parte dos senhores diante de todas as camadas sociais da colônia, em que todos os trabalhadores livres seguiam a lógica de produção direcionada para o sistema escravista. Desde os artesãos, até ocupantes de cargos influentes na política e economia, trabalhavam em torno da manutenção da dominação de classe, por serem direta e indiretamente subordinados aos senhores de terra. A chegada do Governador Geral que veio de Portugal, Thomé de Souza, trouxe uma centralização ainda maior no âmbito administrativo, tendo como função garantir o cumprimento das leis do rei, implantadas como ordem absoluta, influenciando na perseguição massiva de quilombos e indígenas com o argumento de manutenção da ordem. Essa forma de manutenção da Colônia fez com que houvesse um aumento no número de pessoas escravizadas, inicialmente indígenas e logo depois africanos, forçados a trabalhar nas terras dadas a “homens de bem” pelo rei, com a finalidade de ocupar e controlar o território.

Já o escravismo tardio, descrito por Clóvis Moura, é a última fase antes da concretização do capitalismo dependente. Ele acontece para além dos anos 1850, e perpassa um contexto de declínio da corte portuguesa diante da economia mundial, principalmente devido a expansão da industrialização inglesa e crescimento da influência norte-americana no mercado. Com isso, outros países como a Inglaterra, começam a interferir na produção nacional, sendo responsáveis pelas máquinas e tecnologias da época, utilizadas para acelerar o trabalho e a produção na Colônia. Enquanto grande parte do mundo havia abolido o sistema escravista com a finalidade de movimentar a economia e acabar com o mercado do tráfico negreiro, o Brasil mantinha o atraso em relação a desumanização contra os indivíduos e auxiliava na implementação do capitalismo monopolista.

Dessa forma a Inglaterra ficava como a grande redistribuidora do nosso café, auferindo enorme lucro nessa operação de comercialização, embora a metade da colheita do café do Brasil fosse comprada pela

Inglaterra, somente um quinto da mesma essa consumido nas ilhas Britânicas. O restante era comercializado com o mercado europeu e norte-americano. Tanto as oligarcas do Nordeste como da área do café, conscientes dessa situação procuraram manipular uma tática de compromisso tendo como perspectiva o fim do trabalho escravo e a conciliação de seus interesses. (Moura, 1994, p. 58)

Moura resume nesse trecho a influência inglesa na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, ressaltando ao final que, por possuir grande controle sobre o capital nacional, os ingleses buscavam colocar seus interesses como estratégia comercial no Brasil. O trabalho livre chega sem realizar grandes mudanças na vida do escravizado de forma imediata, tendo em vista que a abolição não trouxe segurança e melhorias na qualidade de vida desses indivíduos, ao mesmo tempo que só alterou o nome do senhor de escravos para fazendeiros do café, ainda donos das terras. Na perspectiva dos escravizados, esses continuaram a mercê dos donos dos meios de produção, que definiam os salários e condições de trabalho, agora ditas “análogas à escravidão”.

Antes de finalizar o conceito de escravismo pleno e tardio, é necessário retomar elementos dos processos históricos relacionados às leis de abolição e os movimentos de revolta levantados pelos escravizados durante o período colonial. Ao pensar a história do Brasil é inevitável não perpassar as resistências quilombolas e revoltas como a dos Malês, que ocorreu em 1835, em Salvador, atual capital da Bahia e uma das principais cidades escravistas na época. A Revolta dos Malês contou com uma mobilização majoritariamente religiosa e construída por escravizados mulçumanos, e outros de religiões de matriz africana, com o objetivo de tomar engenhos e assim libertar pessoas escravizadas pelo caminho. Ela ficou conhecida como um dos principais movimentos de revolta, tendo em vista que reuniu aproximadamente 600 pessoas, entre escravizados e libertos, com pautas de liberdade religiosa e também tentativa de retribuir todo sofrimento causado pelos colonos portugueses, que além da violência física, aplicavam uma perseguição contra religiões diferentes do cristianismo e proibiam o culto dessas. Foi realizada uma contenção do movimento antes que ele gerasse danos maiores a estrutura escravista, os integrantes da revolta foram julgados e sofreram diferentes penas e retaliação, desde a morte até a proibição de circulação nas ruas a noite, dificultando a religiosidade dos malês¹.

Já dentre os quilombos, é inevitável citar a importância do Quilombo dos Palmares, que era localizado na Serra da Barriga, onde é atualmente o estado de Alagoas, e até hoje é conhecido por ter sido o maior quilombo da América Latina. A perseguição sofrida em Palmares

¹Termo utilizado para se referir aos negros muçulmanos no Brasil.

perpassou principalmente por elementos do escravismo pleno, devido a retaliação de colonizadores holandeses e principalmente portugueses, por desafiar a ordem escravista da colônia e obrigando os representantes da coroa portuguesa a movimentarem forças para destruição do quilombo. Mesmo com o massacre estrutural de Palmares em 1694, a resistência foi tamanha que tropas portuguesas se mantiveram na região até o século XVIII para que não ressurgisse o Quilombo dos Palmares.

Exemplificar esses movimentos possibilita realizar uma conexão entre eles e o processo de inserção das primeiras leis que tratavam a questão do trabalho escravo, que só foram criadas a partir do século XIX, diante de um modo de produção criado no século XVI. Reverter a ideia de que a coroa fez de bom grado é necessário para reafirmar o caráter político que essas medidas possuem, principalmente voltado para economia dependente presente no escravismo tardio. Em 1831 foi pensada a Lei Feijó², a primeira a ser implementada, que declarava a proibição do tráfico de escravizados importados e a punição dos comerciantes que mantinham a prática. Essa lei influenciou diretamente na criação do termo “para inglês ver”, por se dar em um contexto em que a coroa britânica realizava uma pressão para o fim da escravidão, a fim de interesses econômicos sobre o encerramento do comércio negreiro internacional e a garantia de centralização do comércio e produção nas mãos inglesas. Porém, a Lei Feijó teve duração de apenas um ano, não tendo efeito algum sobre a continuidade do comércio escravista da época.

Com a falta de eficácia da Lei Feijó, anos depois surgiu a Lei Eusébio de Queiroz (Lei nº 581), em 1850, com o mesmo objetivo de acabar com o tráfico de escravizados devido à pressão dos ingleses, que haviam criado a legislação Bill Aberdeen, que permitia o aprisionamento de navios negreiros no Oceano Atlântico. Devido à pressão externa, a Lei Eusébio de Queiroz obteve mais resultados que a sua antecessora, controlando parcialmente a chegada de escravizados por meio das embarcações, mas sem afetar a vida dos indivíduos que foram trazidos e mantidos como escravos até 1845. Ainda no mesmo ano, foi sancionada a Lei de Terras (Lei nº 601), que tratava da posse de terras e propriedades e influía diretamente na formação econômica brasileira, mantendo herdeiros dos grandes senhores como beneficiários da Lei nº 601 até a atualidade, por proibir a usucapião³ e permitir a posse de terras apenas através da doação pelo estado e compra, centralizando-a nas mãos de quem estava de acordo com os interesses da coroa.

²Lei de 7 de novembro de 1831, declarava livre todos os escravos trazidos de fora para o Brasil.

³Refere-se ao direito de aquisição sobre um bem móvel ou imóvel pela posse prolongada.

Por fim, outras duas legislações relevantes para o seguimento do escravismo tardio foram: Lei nº 2.040, de 1871 e popularmente conhecida como Lei do Ventre Livre, por se tratar da alforria de crianças nascidas de mulheres escravizadas, mas somente quando chegassem aos 8 anos de idade. E por fim, a Lei dos Sexagenários, Lei nº 3.270, de 1885, que consistia na libertação de escravizados acima dos 60 anos, com algumas condições como alto preço de alforria e estadia do alforriado na cidade onde foi “libertado” por, no mínimo, 5 anos.

Todas essas legislações citadas possuíam uma finalidade em comum: realizar a manutenção do sistema escravista vigente e apaziguar os movimentos abolicionistas que ganhavam força dentro e fora do Brasil. A inserção dessas leis não foram pequenas vitórias, mas sim consequência das pressões políticas e econômicas contra o escravismo tardio, que não era mais interessante para os países que controlavam o mercado globalizado e estava sendo enfrentado mundo a fora, como no Haiti, Cuba e colônias inglesas.

Apesar do tardar, em 1888 entra em vigência a última lei abolicionista: a Lei Aurea, de nº 3.353, que concedeu alforria para todos escravizados em território brasileiro, colocando um fim no sistema escravista que se manteve por anos no país. Essa mesma legislação não concedia direito algum aos indivíduos anteriormente escravizados além da suposta liberdade, e foi a partir disso que se iniciou uma nova forma de marginalização da população negra brasileira, com o trabalho (mal) remunerado e a exploração capitalista legalizada. O sistema escravocrata entra em declínio e dá lugar ao seu inevitável sucessor: o capitalismo no seu sentido estrito, agora plenamente constituído nas condições objetivas da América Latina.

1.2 Capitalismo dependente e a nova ordem de classes no Brasil

Nesse sentido, a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo. (Fernandes, 1972, p.33)

A retomada do processo abolicionista realizado no Brasil, resumida no capítulo anterior, é a chave necessária para introdução das classes sociais e definição da posição do negro brasileiro dentro da implementação de um capitalismo periférico⁴, motivado principalmente pelo atraso em relação a outras colônias para realizar a ruptura com o regime escravista. Ao romper com o pilar escravista de sustentação da produção nacional, o Brasil enfrentou crises

⁴Refere-se a países de economia capitalista que vivem instabilidade econômica e dependem do capital estrangeiro para administração de suas contas, no senso comum são conhecidos como "subdesenvolvidos".

políticas e econômicas, principalmente no que se refere a influência da coroa portuguesa no comando da nação, que um ano após a abolição (1889), sofreu um golpe e perdeu a posição de liderança e posse que exerciam sobre o país, transformando o Brasil em República⁵. Essas condições deram lugar para a reformulação do conflito de classes nacional, que passou a se basear na relação entre os detentores da terra e os trabalhadores livres, sem mais influências do antigo império nas decisões políticas e ordem social.

O idealismo que atravessa o sentido literal da palavra liberdade, ou do conjunto “trabalhadores livres”, esconde, na realidade, a prática que permeava o cotidiano dessa classe. Portanto, não há espaço, aqui, para qualquer sentido lírico. Pelo contrário, trabalhadores livres após a abolição continuaram ocupando o papel de sustentação da economia e produção nacional sem grandes retornos financeiros e trabalhistas, muitas vezes trocando a mão de obra por moradia precária e um prato de comida, ou seja, ainda em situação de escravização. Enquanto, do outro lado do conflito, a burguesia, os militares e senhores da terra abriam as portas para uma relação de dependência com outros países, ditos desenvolvidos, como Inglaterra, França e Holanda. Dependência essa que atravessou os limites econômicos e se deu no campo político e social. Ao tratar sobre esse processo na América Latina, Florestan Fernandes fornece elementos que se aplicam diretamente na história do Brasil, afirmando que

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina. (Fernandes, 1972, p. 16)

Ainda sobre essas formas de dominação externa, Florestan traz um elemento importante que foi gerado a partir dessas influências: o burguês complacente (Fernandes, 1972), que consiste no indivíduo que apenas reproduz e acata as ações dos dominadores externos, sem questionar ou buscar identidade. Essa classe, que se expandiu entre a burguesia nacional, se instaurou de forma que os interesses nacionais passaram a se tratar de interesses externos, com poucos benefícios na dinâmica de importação-exportação de mercadorias e fortalecimento interno. É necessário identificar essa característica da burguesia nacional no sentido de que ela reproduz a idealização da branquitude europeia como caracterização da humanidade, ou seja, a classe trabalhadora negra, anteriormente escravizada, não é digna de valorização e até mesmo remuneração adequada. Resumidamente, o capitalismo dependente criou a dinâmica de classes

⁵A proclamação aconteceu no dia 15 de novembro de 1889, com um golpe comandado por marechal Deodoro da Fonseca.

baseada no conflito entre o burguês complacente e os trabalhadores livres, herdeiros do sofrimento colonial.

Enquanto a riqueza se concentrava cada vez mais nas mãos da burguesia, a pobreza se expandia pelo Brasil e aumentava a desigualdade entre povos de cor, imigrantes europeus e colonos brancos, no trabalho rural e principalmente no começo da era industrial, que se instaurava no final do século XIX e início do século XX. Essa diferença entre as classes e a socialização da população negra após abolição, dá início a um sintoma do capitalismo: se aproveitar das disputas existentes nas classes mais pobres para precificar a mão de obra de acordo com seus interesses. Exemplificando, até os dias atuais a população negra está à mercê dos piores empregos e também com as menores remunerações do mercado de trabalho. Segundo a interpretação de dados do PNAD (IBGE) realizado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), “Em 2022.T3 o rendimento médio efetivo dos trabalhadores informais autodeclarados pretos e pardos era R\$ 1.289 enquanto o dos informais brancos e amarelos era R\$ 2.238.”, evidenciando os efeitos do racismo dentro do capitalismo dependente. Como afirma Clóvis Moura,

O Negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do Negro pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto. (Moura, 1994, p. 219)

Essa lógica se torna ainda mais intensa com o novo imperialismo, agora com os Estados Unidos da América (EUA) no centro de tudo, dando início a um capitalismo monopolista, ou seja, aprofundando a exportação massiva de tecnologias e centralização do comércio exterior, principalmente com a influência na industrialização em países dependentes.

Mas, para dar continuidade a análise sobre a influência estadunidense no avanço capitalista no Brasil, um pequeno resgate histórico sobre a constituição do Estado brasileiro pós Império precisa ser feito. A linha temporal atravessada até o momento consiste na transição do Brasil Império para a República Velha, que se inicia em 1889 e vai até 1930, que contou com governos compostos inicialmente por militares e que, após 1894, esteve sob comando das elites paulistas e mineiras. O próximo período a ser abordado neste capítulo atravessa a Era Vargas (1930 – 1945) até o contexto de Ditadura Cívico-Militar, que se inicia em 1964. Ao trazer essa contextualização, torna-se mais evidente a participação estadunidense nas transformações políticas e econômicas no Brasil e na América Latina, devido ao papel que os EUA exerciam e

seguem exercendo na economia mundial, sobretudo após as duas grandes Guerras Mundiais ocorridas na primeira metade do século XX em que saiu como a maior potência vitoriosa do ocidente. O EUA beneficiou-se da venda de alimentos e equipamentos de guerra para a França e a Inglaterra, que viram seus recursos se exaurirem no pós-guerra (particularmente com o desfecho da 2ª Guerra Mundial), enfrentando um declínio em seu status mundial.

Nota-se que, se a gênese do Serviço Social brasileiro e latino-americano se deu no período entre guerras (anos 1920 e 1930), como parte das respostas da burguesia ao movimento operário e do combate ao avanço do movimento comunista (nisto, também, a reforma da Igreja Católica de base neotomista), o seu desenvolvimento e consolidação dar-se-á após o fim da 2ª. Guerra Mundial, momento em que a presença estadunidense se adensou por toda a América Latina se opondo ao avanço soviético.

Com o imperialismo norte-americano ditando os rumos da economia e política mundial, a Era Vargas foi marcada pela complacência com a modernização dependente (FERNANDES, 1972). A industrialização e a entrada de empresas multinacionais em território brasileiro foi um dos efeitos da parceria de Getúlio com a lógica capitalista, tendo como exemplo a chegada da Coca-Cola em 1942 e a criação da Companhia Vale do Rio Doce, no mesmo ano. Anterior a isso, no âmbito do Serviço Social, é importante salientar que após a gênese da profissão em 1936, na década de 1940 também se inicia o a importação de ideias estadunidenses da categoria para formação de assistentes sociais brasileiras, tendo como referência Mary Richmond e o Serviço Social de caso. Essa adesão desenfreada aos meios de desenvolvimento norte-americanos é explicada por Florestan Fernandes

O que torna a hegemonia dos Estados Unidos entre as nações latino-americanas uma força incontrolável e perigosa é a presente concepção norte-americana de segurança, fronteira econômica e ação conjunta contra mudanças radicais ou revolucionárias nos países vizinhos. Essa concepção implica, na prática, a incorporação desses países ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos, por meios organizados institucionalmente. (Fernandes, 1972, p. 24)

Ainda no mesmo parágrafo, Florestan alerta sobre a vantagem que essa dominação possui sobre as

(...) instituições oficiais, semioficiais ou privadas, encarregadas de conduzir a política de controle global das finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa... das forças armadas e mesmo dos governos (Fernandes, 1972, p. 24)

No caso do Brasil, esse processo se deu de maneira gradativa, até a instauração de uma ditadura militar. Mas, antes de avançar para esse período, que corresponde também ao início do presente objeto de pesquisa, é necessário retomar o olhar para a posição que as classes subalternas ocuparam diante desse padrão de dominação externa, em especial a população negra, que colhe cotidianamente os efeitos do racismo estrutural.

Enquanto havia uma movimentação favorável por parte das elites para a adesão de uma política deslumbrada pelos Estados Unidos, as outras classes vinham entrando na lógica capitalista tanto de agudização das desigualdades quanto da necessidade de organização interna, que levava a revoltas e manifestação por demandas. É nesse contexto que se aprovou a primeira CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), em 1943, dando abertura para um Estado regulamentador e que unificava a legislação trabalhista no que dizia respeito às férias, remuneração, saúde e afins. Mas, na contramão dessas conquistas, surge a questão: para qual classe trabalhadora elas chegavam? Os que não eram lidos como brancos ou descendentes de europeus colhiam os efeitos do pós-abolição e da legalização de ideais eugenistas advindas do projeto de lei 138⁶, da Constituição Federal de 1934. Renata Gonçalves (2018), ao conectar o pós-abolição com a questão social contemporânea, retoma o projeto de branqueamento instaurado no Brasil República,

A popularidade do ideal de branqueamento jamais foi acidental. Havia um engenhoso compromisso entre as teorias racistas e o futuro do Brasil. E os argumentos científicos foram fundamentais na justificativa da defesa da supremacia racial branca. A ciência, sobretudo difundida pelas escolas de medicina e de direito, de acordo com Lilia Schwarcz (1994, p. 142), “[...] convivia com um discurso racial, prontamente acionado quando se tratava de defender hierarquias, explicar desigualdades sociais”. E não faltaram ingredientes naturalizantes para se referir ao problema negro como fator explicativo da inferioridade do povo brasileiro. (Gonçalves, 2018, p. 518)

Esse projeto surge com o mito da democracia racial que Gilberto Freyre introduz em 1930, em consonância com o início do varguismo. Nele prevalece a ideia de que não existia diferença no tratamento dos negro ou qualquer tipo de preconceito, afinal, esses não eram mais

⁶**Art 138** - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: **a)** assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; **b)** estimular a educação eugênica; **c)** amparar a maternidade e a infância; **d)** socorrer as famílias de prole numerosa; **e)** proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; **f)** adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; **g)** cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

escravizados e poderiam trabalhar e exercer funções como qualquer outro cidadão. Só não o faziam por causa da preguiça, falta de capacidade e outras questões que para os eugenistas estavam totalmente ligadas a descendência étnica. A adesão à ideia de que no Brasil existia uma democracia racial, justificou a omissão na criação de políticas sociais voltadas para a população negra e também foi utilizada como estratégia de política externa, na tentativa de passar a imagem de um país livre de preconceitos para o mundo afora. Como resultado dessa ideia, além de Freyre surgiram diversos eugenistas perpetuando o racismo científico de Nina Rodrigues (1862-1906), que buscava sustentar uma inferioridade biológica do negro brasileiro. Todos esses elementos definiram a posição da população negra nos subempregos, com os menores salários e à mercê das condições propostas pelos empregadores para não se tornar parte do exército industrial de reserva (MARX).

O panorama de atuação do Serviço Social nesse contexto era consensual as teorias eugênicas, por não ter se consolidado ainda como profissão -pré 1936- e não possuir escolas de formação, o trabalho social da época era realizado pela igreja católica, a mesma que participou e se expandiu com a colonização portuguesa. Por anos essa realidade se manteve, o Serviço Social tradicional –das primeiras escolas- surge como uma forma de oficializar as práticas racistas e que visavam ajustar a sociedade com o branqueamento. Essa linha de pensamento, anos depois, seria teorizada com a renovação conservadora que veremos posteriormente.

1.3 O Serviço Social na história: notas sobre a gênese e a renovação do Serviço Social brasileiro

Abordou-se, anteriormente, de forma objetiva, um panorama temporalmente prévio à inserção do Serviço Social no Brasil, que teve sua gênese em 1936, com a criação da primeira escola em São Paulo, hoje incorporada pela Pontifícia Universidade Católica. A partir do presente capítulo, a abordagem será baseada na ideia de Yamamoto (1982), que defende uma análise que não parte de um Serviço Social alheio a realidade cotidiana e histórica, mas sim do Serviço Social na história, utilizando essa como maior ferramenta de construção e reconstrução. Ou seja, o desenvolvimento da profissão concomitante aos rumos que o Brasil tomava de acordo com os processos de mudança econômica, política e social.

Ao afirmarmos o caráter histórico e político do Serviço Social que resulta de relações sociais, econômicas, políticas, culturais que moldam sua necessidade social, suas características e definem seus usuários, partimos da posição de que a profissão é uma construção histórica e contextualizada, situando-se nos processos de reprodução social da

sociedade capitalista, sendo objeto de múltiplas determinações historicamente processadas. (Yazbek, 2020, p. 295)

Como visto acima, a década de 30 do século XX, é composta por grandes mudanças políticas, sendo o momento de transição para industrialização e modernização do trabalho, gerando também a necessidade de reformulação no tratamento de crises. Com o aumento de trabalhadores urbanos e também da desigualdade, cria-se ao Brasil, em 1936, a primeira escola de Serviço Social, sendo um momento oportuno para Igreja Católica retomar a influência sobre a sociedade e aplicar seus valores. Como afirma Yazbek (2009)

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à “questão social”. Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral. (Yazbek, 2009, p. 4)

Esses fundamentos foram majoritariamente baseados no Serviço Social franco-belga, alicerçado em uma moral conservadora em relação ao tratamento da pobreza e dos indivíduos que compunham o proletariado, tendo como teorização o neotomismo, de São Tomás de Aquino. No neotomismo, a questão social era conceituada como uma questão moral, baseada no desajuste das classes subalternas diante da idealização de uma realidade harmônica, ou seja, sem conflitos de classe. A atuação da (o) assistente social se dava a partir da manutenção da moralidade individual, como se o indivíduo fosse uma máquina precisando de reparo e o assistente social o responsável por localizar o problema e colocar as peças no lugar, sem observar o contexto e as causas. Embora fortemente fundamentado em ideais neotomistas alicerçados da renovação católica da primeira metade do século XX, fragmentos do pensamento positivista também serviram de base para uma formação centrada na integração e no reparo moral do indivíduo que, em si, já expressava um forte sincretismo contido desde a gênese da profissão por toda a América Latina. Esse sincretismo, de forma bastante precária, fundamentou o ecletismo, isto é, o sincretismo teórico (Netto, 1991), que originalmente articulou traços doutrinários tomistas e fragmentos da sociologia positivista/funcionalista.

Porém, como o proletariado sempre foi heterogêneo e o capitalismo sustentado pela desarmonia de classes, esse modelo de atuação durou apenas uma década, sendo as influências europeias substituídas pela propaganda norte-americana de sociedade ideal e desenvolvida.

Como indicado anteriormente, a década de 1940 foi marcada pela forte influência estadunidense no desenvolvimentismo brasileiro, principalmente pela conjuntura pós 2ª Guerra Mundial, em que foi criada a polarização entre capitalismo e comunismo. Era de interesse norte-americano manter relações e o controle político de países latino-americanos, tendo em vista que a URSS também buscava criar relações com o continente, principalmente através da internacionalização do socialismo e ideia de organização do proletariado. No Brasil, prevaleceu os interesses capitalistas, mas com o início de políticas estadistas que também culminou com a gênese do Serviço Social e sua institucionalização, a (o) assistente social se consolida como profissional que vende sua força de trabalho e cumpre um papel na divisão sociotécnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo. Por outro lado, a inserção do assistente social como um trabalhador assalariado do Estado demandou maior profissionalização e a necessidade de uma base teórica que não tivesse como única ferramenta a doutrina católica, representada pelo neotomismo, levando os profissionais da época a importarem o modelo norte-americano protagonizado por Mary Richmond e sua abordagem de caso, entre outros fragmentos extraídos, como há pouco indicado, da sociologia de base positivista. Diante disso, o Serviço Social brasileiro estabeleceu certa interlocução com a tradição positivista/funcionalista de base essencialmente conservadora.

Sob a concepção funcionalista, o controle social exercido pressupunha a integração do indivíduo ao bom funcionamento de uma sociedade proposta pela classe dominante. Era enfatizado o trabalho com grupos, quer para interação, quer para fins terapêuticos, de forma a conseguir a melhor adaptação do indivíduo ao seu meio. O modo funcionalista de pensar, investigar e intervir na realidade social ganhou força porque, culturalmente, correspondia aos interesses da ordem e da lógica burguesas instauradas na sociedade civil e no Estado brasileiro. (Andrade, 2008, p. 279)

A execução desse método funcionalista se expressou na implementação de um Serviço Social de caso, que tinha como objetivo ajustar o indivíduo ao meio social, para este exercer sua função dentro da ordem vigente, o capital (ANDRADE, 2008). Essa teoria parte da sociologia positivista, dado que não existia uma teorização particular do Serviço Social na época e por décadas se manteve dessa forma, porque após o Serviço Social de caso surgem duas linhas semelhantes: Serviço Social de grupo e comunidades, definidos como

Um método do SS que ajuda os indivíduos a aumentarem o seu funcionamento social, através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz os seus problemas pessoais, de grupo ou de comunidade (Konopka, 1979, p. 33).

Especificamente entre 1947 e 1960 esses modelos de metodologia foram utilizados sem muitos questionamentos, com apenas algumas disputas internas sobre qual deles aplicar no cotidiano como assistente social. Esse contexto da profissão é caracterizado como Serviço Social tradicional (Netto, 2005) e permanece até o início da Reconceituação latino-americana, que será comentada a seguir.

Porém, antes de avançar, é preciso fazer uma reflexão tendo em vista a ordem de classes exposta no capítulo anterior: como ficava a população negra dentro do Serviço Social de caso? Como ajustar um indivíduo para uma sociedade que precisa que ele seja “desajustado”, no sentido de ter a quem proporcionar as piores condições de trabalho? Renata Gonçalves (2018), ao afirmar que a questão racial é o nó da questão social, questiona:

E o que dizer daquela massa que se constituiu como reserva da reserva da reserva? Ao tratar a todos(as) como trabalhadores(as), as análises sobre a profissão permaneceram desatentas acerca da questão racial. A categoria não pode ser compreendida sem que se considerem as múltiplas determinações de seu processo de constituição. A questão racial é, insistimos, o nó da questão social, e ganha novos contornos nos dias atuais. (Gonçalves, 2018, p. 518)

Acerca dessa questão, é possível afirmar que o Serviço Social se aliava ao branqueamento e ao mito da democracia racial instaurado na época.

Na contramão da eugenia negativa, que postulava que para se livrar da degeneração era preciso promover a esterilização e/ou segregar, e não podendo definitivamente contornar a miscigenação¹², o serviço social adere à vertente “[...] positiva, profilática e não radical, que enfatizava que a solução para o problema nacional era a higiene”. (Ferreira, 2010, p. 108). Sob a égide da bem aceita higienização, o racismo, que passou a estruturar as relações sociais, foi escamoteado. (Gonçalves, 2018, p. 520)

Se era de interesse do Estado manter a população negra a margem da sociedade para avançar com a lógica capitalista de exploração e desumanização dentro de camadas do proletariado, dentro deste cenário a (o) assistente social ocupou um papel de reproduzir a política eugenista de 1934. Segundo Gonçalves (2018), apaziguar qualquer conflito no âmbito étnico-racial, deixando o debate por baixo dos panos. Além disso, as questões de gênero eram visualizadas a partir do ar cristão moralista, que julgava mães solo e mulheres divorciadas, por não cumprirem com o papel definido para mulher dentro da sociedade capitalista. Essas e outras questões só começaram a ser questionadas de fato com o início do Movimento de Reconceituação latino-americanos e de suas expressões mais críticas dentro do território brasileiro, assunto a ser sumariado na sequência.

1.4 Ditadura, Serviço Social e Movimento de Reconceituação: águas novas brotando

Para resgatar a memória do Movimento de Reconceituação e analisar suas motivações, é necessário primeiramente compreender a conjuntura que contextualizava o período de mobilização da categoria, no caso, o começo da ditadura cívico-militar-empresarial.

Prévio ao contexto de Ditadura, o Brasil vivenciou um dos piores momentos da economia nacional, colhendo os frutos do capitalismo dependente e relações comerciais que permitiram a soberania do capital estrangeiro sobre o mercado brasileiro. Ao final do varguismo, uma crise de desemprego e também política rondava o país, principalmente pela dicotomia instaurada pela Guerra Fria, que acalorou a disputa entre liberais e defensores das políticas sociais. Quando João Goulart decretou o aumento de 100% no salário-mínimo do trabalhador, os militares foram à loucura o acusando de comunista e pediram a queda do antigo ministro de Getúlio Vargas. Esse mesmo personagem retorna para carreira política em 1956, como vice-presidente de Kubistchek, que vivencia os primeiros atos abertos de repressão e golpe contra a democracia das urnas. É relevante lembrar a postura de Juscelino Kubistchek enquanto presidente da república no período de 1956 a 1960, pois possibilita compreender o desenvolvimentismo desenfreado, que permitiu a construção de diversas estatais brasileiras, como companhias de energia e construtoras, a fim de expandir rodovias e aproveitar a oferta de petróleo da época. Todas essas políticas faziam parte do Plano de Metas, popularmente conhecido pelo objetivo dos "50 anos em 5", famosa frase de Kubistchek. O resultado dessa política obteve dois lados: o aumento da influência do Estado na economia e desenvolvimento do país, possibilitando a formação de empregos e crescimento econômico de até 7% ao ano; e, do outro lado, a abertura para o capital estrangeiro se beneficiar de uma dívida externa (e eterna), que motivou a inflação da época e a falta de investimento exterior no Brasil. Para finalizar os feitos de Kubistchek, a construção do Distrito Federal foi iniciada e concluída, tendo Brasília como a casa da política nacional.

Logo após o final do mandato de Juscelino Kubistchek, as eleições definiram Jânio Quadros como presidente da república, se tornando o primeiro a assumir o cargo em Brasília juntamente a João Goulart, que retorna como vice⁷. Como o governo de Jânio durou apenas sete meses, a temporalidade que antecede a chegada da Reconceituação (1965-1975 – no geral) vincula-se, no Brasil, aos acontecimentos ocorridos no governo de Jango, e adensando com o

⁷Importante destacar que, na época, a eleição do presidente e de seu vice ocorria separadamente. As regras partidárias das época permitiam, portanto, a eleição de chefe e vice-chefe do executivo que pertenciam a grupos opostos: Jânio Quadros (UDN) e João Goulart (PTB).

golpe de 1964. Jango, como era popularmente conhecido, possuía uma postura política posicionada mais à esquerda e carregava o título de primeiro mandato democrático, tendo também um grande contato com as massas populares do Brasil. Em um contexto de Guerra Fria, o governo de Jango era ameaçador para elite complacente, que tinha como sociedade ideal o lado estadunidense da Guerra. Com isso, a pressão sobre a governabilidade e a polarização do Brasil em dois lados sofreu um grande aumento e apoio militar para destituir o presidente democraticamente eleito. Jango foi um expoente do avanço das mobilizações sociais, principalmente no eixo estudantil e trabalhista, que ganhou força em meio ao aumento da miséria e trabalho precarizado, tanto urbano quanto rural. Dito isso, sua figura trouxe uma aproximação das massas trabalhistas com todas as revoltas e construções populares que aconteciam simultaneamente na América Latina, fato que dialogou com o cenário que alimentou a renovação do Serviço Social brasileiro e o Movimento de Reconceituação latino-americano.

Abrindo parênteses para contextualização da conjuntura latino-americana da época, é necessário trazer o impacto da Guerra Fria (1947-1991) sobre os países de capitalismo dependente, que também vivenciaram a Reconceituação. Diferente das outras guerras, ela possuiu uma dualidade econômica, e, em um linguajar simples, dividiu o mundo entre o sistema capitalista e o socialista. Como um exemplo de expansão socialista, trataremos de Cuba, que no ano 1959 teve sua revolução consolidada com a força dos guerrilheiros que derrubaram Fulgencio Batista. Antes disso, Fulgencio havia chegado ao poder em 1952, após ser derrotado nas eleições democráticas e instaurar um golpe militar, que logo se tornou uma ditadura apoiada pelos latifundiários do país e pelos Estados Unidos, lado capitalista da guerra. Sua deposição se deu a partir da força popular organizada, que sob o comando de Che Guevara e Fidel Castro, influenciados pelas bases marxistas e revolucionárias da URSS, levou o povo a tomar as ruas de Cuba e o governo. Levando ao que nos interessa: as mudanças estruturais benéficas a população e feitas pensando no trabalhador. Assim se inicia o Trabalho Social em Cuba, criado para atuar com *políticas sociais universais e amplamente acessíveis implementadas pela jovem Revolução* (Gutiérrez, Garcia, Cabezas, Masson, 2022, p. 205).

Em território Argentino, entre as décadas de 60 e 70 o país vivenciou um período de intensas disputas políticas e ideológicas.

As estratégias golpistas, então, recrudescem no país com a deposição presidente Arturo Umberto Illia Francesconi (1963-1966) e a ascensão do ditador Juan Carlos Onganía (1966-1970), processo este que preanunciou a sangrenta ditadura cívico-militar implantada a partir de 1976. O onganato foi implacável com os trabalhadores, com os

estudantes e com os intelectuais. Entrevi nas universidades com um grau de violência até então desconhecido, o que levou a renúncia massiva de professores e o exílio de muitos deles. Paradoxalmente, quanto mais se proscrescia o espaço político, mais eram radicalizadas as ações da juventude por meio de suas organizações. (Moljo, Silva, Pagaza, Zampani, 2018, p. 8)

Essas condições autoritárias resultaram em uma organização das massas para acabar com o cenário de perseguição aos estudantes e trabalhadores, que logo criaram alternativas de espaços paralelos de formação, que contavam com influências marxistas e que ressaltavam as movimentações a esquerda que aconteciam ao redor do mundo, como no caso de Cuba. Resultado disso foram as eleições de 1973, que colocaram um peronista no poder, que no mesmo ano abandonou o cargo e deu espaço para novas eleições, agora responsáveis por eleger Perón. O então presidente faleceu pouco depois da posse, o que culminou na retomada do poder pelos setores conservadores, que inauguraram a ditadura de 1976, responsável por exterminar os avanços críticos conquistados até ali, tanto no Serviço Social quanto na sociedade como um todo.

E por fim, a experiência chilena, que assim como as outras, foi antecedida por uma crise econômica e política efetuada pela direita, no caso do Chile a Democracia Cristã (DC) na década de 60. Diante da insatisfação das massas com o governo vigente e em contrapartida aos movimentos autoritários, a organização popular, dessa vez em partidos políticos e movimentos sociais, tomam como norte as experiências socialistas que vinham ganhando cada vez mais espaço nos países vizinhos e também em outros continentes, como no caso da China e Vietnã. Como alternativa de oposição a extrema direita vigente, surge a Unidade Popular no Chile

Neste esforço, confluíram o Partido Comunista, Partido Socialista, Partido Radical, o Movimento de Acción Popular Unitaria (MAPU) e Acción Popular Independiente, que levaram Salvador Allende a conquistar a presidência em setembro de 1970. (Duriguetto, Pinto, Molina, Marro, Bravo, 2018, p. 3)

A esquerda optou por deixar suas diferenças de lado para impulsionar a eleição de Allende, que de 1970 a 1973, adota políticas mirando a transformação social –que não chegaram a culminar em um socialismo, mas geraram novas perspectivas para o Trabalho Social, que começava a despertar para o questionamento da prática tradicional. As medidas adotadas por Allende se distanciou em alguns momentos do ideal reformista da UP, o que aos poucos enfraqueceu o governo e deu abertura para direita provocar um novo golpe. Mas, a realidade progressiva vivida deixou marcas entre os trabalhadores sociais, que também sentiram os

impactos da reconceituação latino-americana. De diferentes formas e com as particularidades de cada país, o Movimento de Reconceituação causou mudanças importantes no Serviço/Trabalho Social por onde passou.

Importante ressaltar que a renovação do Serviço Social brasileiro foi marcada por um movimento simultâneo e contraditório: por um lado uma renovação conservadora que reatualizou e modernizou o conservadorismo na profissão; por outro, tendências progressistas que negaram o Serviço Social tradicional e iniciaram sua crítica. O próprio Movimento de Reconceituação latino-americano sempre foi marcado por influxos muito heterogêneos que também transitaram por essa seara, fosse ela promotora de uma crítica mais ou menos intensa ao tradicionalismo ou mesmo sua modernização (embora com a intensão de rever o tradicionalismo). Esse processo é inseparável dos acontecimentos da América Latina da época, ou seja, do movimento da história. Sendo assim, a renovação do Serviço Social brasileiro e o Movimento de Reconceituação latino-americano não foram processo endógenos, mas socialmente produzidos.

O período de vigência da reconceituação coincide com a vigência da ditadura militar no Brasil (1964-85), fazendo com que o nosso debate assumisse outras tonalidades e recebesse distintas influências, especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos, expresso nos Documentos de Araxá e de Teresópolis. Ou, nos termos de Aquin (2005), uma “reconceituação conservadora”. (Iamamoto, 2017, p. 25)

Em 1964 entra em vigência os anos de chumbo, título dado ao período de ditadura cívico-militar-empresarial brasileira, momento em que os militares tomam o poder e eliminam a democracia eleitoral que mal havia começado. Esse período é caracterizado pela forte repressão política, social e influência do governo norte-americano a fim de impedir o avanço da esquerda em território latino-americano, como vinha acontecendo em países vizinhos ao Brasil. Todos os avanços populares conquistados com Jango se tornaram objeto de perseguição e alvo da censura militar, principalmente os movimentos sociais e sindicatos organizados.

Dito isso, em 1965, diante do cenário de repressão às ideias progressistas, chega ao Brasil, com todas as suas contradições, o Movimento de Reconceituação, marcado pela insatisfação com as linhas adotadas pelo Serviço Social que vinha atuando ainda sob a influência católica, baseada em manter o controle social diante do sistema em vigência. Para Netto (2001), a efervescência do movimento no Brasil se dá a partir de um seminário regional realizado em Porto Alegre, em que o debate se trata sobre o Serviço Social e as mudanças Latino-Americanas.

Segundo Leorato (2017, p.28) "este seminário salientou a inclusão do Serviço social no processo de desenvolvimento, analisando também a prática profissional.". Os protagonistas desse processo são os assistentes sociais e estudantes da "geração 65".

Porém, por se tratar de um momento em que a linha política brasileira era centrada pelo conservadorismo, parte da categoria profissional da época não se alinhou com as questões levantadas e simultânea a ideia de reconceituação. Surge uma forte defesa do dito Serviço Social tradicional, baseado na moral e na ideia de manutenção das desigualdades, como exposto no subcapítulo anterior. Essa disputa dividiu a categoria em diferentes grupos, que neste trabalho serão caracterizados como renovação conservadora e renovação crítica.

O Serviço Social tradicional, baseado na moralidade católica e nas ciências sociais importadas da Europa, era insuficiente para lidar com uma realidade diversa, em um período de adensamento do capitalismo dependente sob o comando da ditadura. A prática sem teoria e metodologia consideradas própria ou não – tema igualmente polêmico –, resultava em uma profissão vazia de si e profissionais que não reconheciam a realidade em que estavam inseridos. José Paulo Netto, no breve artigo “Movimento de Reconceituação: 40 anos depois”, elenca os três principais fatores que culminaram na mobilização contra o Serviço Social tradicional. Entre eles estão:

Em primeiro lugar, a revisão crítica operada nas fronteiras das ciências sociais, culminando com a deslegitimação do que operava como a fundamentação “científica” do Serviço Social: a sociologia e a psicologia acadêmicas. Em segundo lugar, o deslocamento sociopolítico de instituições cujas vinculações com o Serviço Social são notórias: as Igrejas - em especial, mas não exclusivamente, a católica. Em terceiro lugar, o movimento estudantil, cujo protagonismo - em meio às peculiaridades da “rebelião juvenil” - foi decisivo na crítica ao tradicionalismo no Serviço Social. (Netto, 2005, p. 8)

Os grupos mais identificados com a renovação crítica, inconformados com a linha imposta para a profissão, iniciaram um debate que não acontecia somente no Brasil, mas tomava a América Latina. Pontos como a negação de uma neutralidade teórica ganharam força devido à consciência de classe que parte da categoria começou a desenvolver, motivado principalmente pela aproximação com os movimentos sociais e espaços de debate progressista, que na época enfrentavam a censura militar (adensada em 1968 com o AI-5), mas também novas teorias e avanços na luta organizada. A Reconceituação carregava algumas ideias como a ruptura com a suposta neutralidade, embasada no fato de que a sociedade condiciona os objetivos (MACEDO, 1981) e não é possível ser neutro em um sistema de classes. Outra defesa importante era a de construção de uma teoria própria do Serviço Social, que até o momento utilizava a ciências

sociais como norte, mirando no positivismo como corrente sociológica. E, dialogando com o primeiro capítulo dessa pesquisa, os segmentos mais ousados do Movimento de Reconceituação realizavam um incisivo enfrentamento ao imperialismo, buscando uma unidade latino-americana e construção de gestões democráticas.

Esse contexto representa o que Myrtes de Aguiar Macedo cita, referenciando Honório Rodrigues, para simbolizar a polarização de ideias em disputa dentro da categoria, “[...] na fase de transição coexistem os renovadores e os conservadores em interação constante, até que se defina a predominância de um sobre o outro.” (MACEDO, 1981, p.14). Todavia, logo depois, os renovadores se dividiram com ênfases mais modernizadoras e ou mais radicais, fato que seria essencial para explicar os acontecimentos no Brasil. Enquanto o Serviço Social iniciava o começo da sua transformação radical, dando os primeiros passos para se aliar a população nos enfrentamentos do cotidiano, o Brasil começava a vivenciar os anos mais conturbados de sua história contemporânea.

1.5 O Movimento de Reconceituação e as expressões nos seminários de Serviço Social: elementos da renovação conservadora

Com essa inquietação foram movimentados seminários, reuniões, debates e congressos para discutir os rumos da profissão a partir das questões levantadas. Um elemento relevante dessa coexistência entre aquelas (es) mais comprometidos com o conservadorismo, com modernização ou sua ruptura, foi a criação de três vertentes diferentes para profissão, no Brasil, conforme indicada por Netto (1991): a) a perspectiva modernizadora; b) a renovação do conservadorismo; c) e a intenção de ruptura.

A primeira era centrada no mantimento da ordem vigente, com pequenas alterações técnicas e grande apelo para a cientificidade. Já a segunda possuía incentivava certa modernização mantendo uma abordagem psicossocial de inspiração fenomenológica, centrada em dinâmicas individuais. E a terceira, intenção de ruptura, é responsável pela construção dos debates que a profissão faz até nas conjunturas atuais. Essa última vertente foi a concretização do começo da relação entre marxismo e o Serviço Social, mas sem adentrar as obras marxianas devido às perseguições da época.

Esses processos influenciaram diretamente nos debates realizados nos seminários de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista, que aconteceram respectivamente em 1967, 1970, 1978 e 1984. Conhecidos como "Seminários de Teorização", eles foram organizados com a iniciativa do CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais) e

possuíram diferentes seguimentos de discussão, a começar por Araxá que trouxe a teorização do Serviço Social e uma linha desenvolvimentista. Segundo Netto (1994), esse documento colocou em questão a contradição entre tradicionalismo e a modernidade. Tanto Araxá quanto Teresópolis se aplicavam a perspectiva modernizadora, que não rompia com a autocracia burguesa (NETTO, 2005). O documento de Teresópolis sinalizou poucos avanços em relação a Araxá, trazendo uma discussão acerca da metodologia do Serviço Social, mas definiu uma posição em relação a perspectiva modernizadora, que ainda não havia sido concretizada no documento de 1967.

No Documento de Teresópolis, o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas sobretudo como pauta interventiva. Há mais que continuidade entre os dois documentos: no de Teresópolis, “o moderno” se revela como conseqüente instrumentação da programática (desenvolvimentista) que o texto de 1967 avançava. (Netto, 2005, p. 178)

Avançando para o Documento de Sumaré e Alto da Boa Vista, destaca Netto (2005):

A documentação do Sumaré e do Alto da Boa Vista está para o deslocamento da perspectiva modernizadora assim o estão, para o seu momento ascendente, os documentos de Araxá e Teresópolis. No tocante a dimensão ideopolítica, a expectativa também não se comprovou cabalmente: nos dois seminários, notadamente no do Alto da Boa Vista é perceptível um movimento de abertura a referências distintas do caldo conservador. (Netto, 2005, p. 195)

Apesar de expressivamente menores que Araxá e Teresópolis, ambos Documentos foram relevantes na superação da modernização conservadora referenciada nos seminários anteriores. A partir deles, ganha força tendências de inspiração fenomenológica e dialética, ainda que, nesses documentos, isso não fosse além de algumas menções pontuais e genéricas. Juntamente a isso, o viés de reatualização do conservadorismo citado acima ganha força e se espalha com uma nova roupagem (Netto, 2005) diante da recusa que o tradicionalismo recebia entre os profissionais. Nessa nova face conservadora se apoiou na busca do cientificismo como recurso. A fenomenologia surge como meio de representar a reatualização conservadora como método do Serviço Social, embasada pela defesa da objetividade e de leituras psicologizantes da sociedade, individualizando as expressões da questão social e colocando a (o) assistente social em um lugar de omissão sobre a totalidade.

1.5 Intenção de ruptura e o Método de Belo Horizonte: a renovação crítica

Como resposta à renovação conservadora surge a intenção de ruptura, responsável por avanços no debate social, político e econômico no Serviço Social. A tão celebrada ruptura, que

guiou a profissão para os avanços atuais, ganha espaço na profissão ao final da década de setenta, tendo como elemento influente a Lei de Anistia, que permitia o retorno de exilados políticos para o Brasil, que retornaram com grande acúmulo teórico e prático no campo da esquerda e das lutas populares. Esses fatores, aliado ao aumento das escolas de Serviço Social e insatisfação com a ordem empresarial-militar (Netto, 2005) vigente, gerou uma necessidade de reformulação da profissão. Netto, no livro *Ditadura e Serviço Social* (2005), cita a presença de assistentes sociais exclusivamente no meio universitário como um ganho para ruptura, tendo em vista que esses profissionais conseguiam analisar com calma, ou seja, sem a exigência de produtividade do capital, a prática interventiva. Isso, por exemplo, agregou na influência da intenção de ruptura sobre as novas leituras sobre a questão social brasileira e seus determinantes.

Um exemplo indispensável da presença de assistentes sociais nas universidades foi a implementação do Método BH, no início da década de 1970, na Escola de Serviço Social de Belo Horizonte. Ele aconteceu devido a expansão do movimento no Cone Sul, especificamente em um evento na Venezuela, no qual assistentes sociais docentes da Escola de Serviço Social de Minas Gerais, atual PUC Minas, vivenciaram a força que a reconceituação estava ganhando pelo continente e o declínio do Serviço Social tradicional em países vizinhos. O Método BH consistia na materialização de ideias críticas dentro do curso, com influência de Paulo Freire e pensadores de uma educação questionadora, gerando mudanças na grade curricular e formando assistentes sociais insatisfeitos com os rumos conservadores. A luta estudantil possuiu papel fundamental na reconceituação e plantou sementes que germinaram no II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, também conhecido como Congresso da Virada, em que os presentes tomaram a mesa diretora e assumiram a organização do evento. Sobre o método, Batistoni (2017) afirma

Buscou-se resgatar a possibilidade de condução da revisão curricular a partir da recuperação do relativo espaço de autonomia existente no âmbito decisório interno às unidades de ensino. (ESS/UCMG, 1971b). A concepção globalizadora da proposta de currículo sustentava-se na articulação do ensino teórico-prático à pesquisa, à docência e à prática, operacionalizado nas “unidades de ensino e aprendizagem” (UAs), concepção inédita na organização curricular da formação em Serviço Social do país. (Batistoni, 2017, p. 143)

Todos esses elementos do Movimento de Reconceituação se expressaram nas construções e reconstruções do Serviço Social brasileiro, sendo os resultados principais a renovação crítica, que despontou a partir dos anos oitenta, juntamente ao enfrentamento massivo da ditadura e o processo de redemocratização federal, em que a censura não pairava mais sobre a construção teórica da profissão, sendo possível iniciar a conexão entre o Serviço

Social e a teoria marxiana, objetivada na sociedade de classes. Essa renovação trouxe avanços em relação ao olhar e atuação do assistente social sobre a sociedade, que anteriormente não entendia o capital como motivador das expressões da questão social e sim como o sistema ideal, que precisava do serviço social para adequar os problemas individuais do proletariado.

A respeito do Serviço Social crítico, temos como grande motivação no campo profissional a intensificação do trabalho do assistente social advindo de uma superexploração dos assalariados, justificada por uma doutrina de segurança nacional (Silva, Batistoni, 2021, p.82) e repressão sobre as classes empobrecidas, que recebeu muitos questionamentos dentro da classe de assistentes sociais, principalmente os que tinham contato com as universidades, que vinham divulgando novos debates ideológicos. Foi necessário que as desigualdades atingissem diretamente a categoria para que houvesse uma alteração na consciência dos profissionais, que para além do seu lugar na divisão sociotécnica do trabalho, agora compreendiam seu espaço na sociedade de classes. Ainda sobre esse processo de renovação crítica, não podemos ignorar a luta coletiva como ferramenta indispensável para tornar a ruptura com o tradicionalismo uma posição definida no Serviço Social brasileiro. Segundo Silva e Batistoni (2021), esse momento consiste em um

[...] Processo histórico e coletivamente constituído sob o comando dos principais organismos políticos e gremiais da categoria profissional, em estreita articulação entre o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), seus Conselhos Regionais (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), o que se constitui em um patrimônio coletivo. O projeto profissional encontra desdobramentos e conquistas fundamentais em suas balizas normativas, expresso na Lei de Regulamentação da Profissão (1996), que estabelece competências e atribuições profissionais, na radicalidade ético-política do Código de Ética do Assistente Social (1993) e nas Diretrizes Curriculares (1996) que orientam a formação em nível de graduação e pós-graduação. (Silva, Batistoni, 2021, p. 84)

Foram anos de luta e resistência para construção de uma categoria que enxergasse suas limitações dentro da sociedade do capital, mas, que dia a dia vem resultando na consolidação de uma classe profissional que não se cala diante das desigualdades e defende um novo projeto societário, humanizado, plural e marxista. A Reconceituação se expressa para além da consolidação dos fundamentos teóricos metodológicos, fazendo jus as palavras de Eduardo Galeano: Na história dos homens cada ato de destruição encontra sua resposta, cedo ou tarde, num ato de criação." (GALEANO, 1978).

PARTE 2 - RECONCEITUAÇÃO E RENOVAÇÃO CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: ONDE ESTAVAM AS (OS) NEGRAS (OS)?

Nem mesmo o sagrado manto do mito da democracia racial consegue camuflar o escancarado racismo. Entranhado nas relações sociais, inclusive como arma ideológica de dominação (MOURA, 2014a), este não poderia ser estranho ao (nem estranhado pelo) Serviço Social nem ontem e nem hoje. As práticas institucionais naturalizam a discriminação racial que chega naturalizada até o(a) profissional. Num ciclo vicioso, a naturalização dos sérios problemas de conduta naturaliza a miséria, o meio de que provém. Suspeita-se da índole dos(as) trabalhadores(as) negros(as) e não das desigualdades de classes. (Gonçalves, 2018, p. 520)

O coração deste trabalho consiste em direcionar o olhar para a questão racial dentro dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, visando que há pouco destaque para participação do Movimento Negro dentro do momento de renovação da categoria, em que ele findou mudanças representativas e importantes. Partindo da análise conjuntural sobre a realidade da população negra durante os anos de chumbo e com o resgaste do legado de assistentes sociais e outros protagonistas do movimento, esta segunda parte busca concluir a reflexão: qual o papel ocupado pelos negros dentro do Serviço Social e suas reconstruções.

2.1. Questão racial, ditadura militar, estratégia coletiva de resistência e Movimento Negro Unificado (MNU)

Como visto na primeira parte, o racismo é fator fundante do capitalismo no Brasil (Almeida, 2018) e se mantém necessário para a manutenção dele, sendo indissociável da questão social que sofreu uma agudização durante a ditadura devido à crise nos campos político e econômico. Os militares, e sua base civil essencialmente branca, seguiam propagando a ideia de que o país sediava uma democracia racial, que não existia mais racismo após a abolição e que os (as) negros (as) viviam em plena igualdade com os (as) brancos (as). Incentivavam um branqueamento em massa e a marginalização da população negra que aos poucos se afastava para as ditas periferias, longe dos centros urbanos. Mas, a tentativa de maquiagem sobre a questão étnico-racial somente resultou no escancaramento da desigualdade e revolta, que vinha sendo organizada por meio da arte crítica desde 1944. Um bom exemplo foi o TEN (Teatro Experimental do Negro), criado por Abdias Nascimento no Rio de Janeiro, com o objetivo de abrir espaço para atores (as) pretos (as) no teatro e na arte como um todo, devido à falta de espaço para essa população que muitas vezes era representada por pessoas brancas fazendo blackface ao se caracterizarem como negros com tintas e fantasias. Não há como falar de antirracismo sem citar Abdias, que foi um dos principais atores na conscientização do

proletariado negro sobre o seu lugar na sociedade e a valorização da cultura africana em território brasileiro. Em uma matéria realizada pela Fundação Cultural Palmares, podemos compreender a profundidade do TEN sobre a questão étnico-racial nas camadas populares durante o Estado Novo.

O corpo de atores era formado, inicialmente, por operários, empregados domésticos, moradores de favelas sem profissão definida e modestos funcionários públicos. O TEN os habilitou a enxergar criticamente os espaços destinados aos negros no contexto nacional. (Acesso em: <http://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/teatro-experimental-do-negro-ten>)

O alcance do TEN foi tamanho no processo de impulsionamento dos negros brasileiros, que Abdias e outros membros foram perseguidos pelos militares e obrigados a procurar exílio nos Estados Unidos, ocasionando no encerramento da companhia em 1968, ano em que foi aprovado o AI-5 (Ato institucional n. 5), basicamente legalizando a censura e perseguição de grupos políticos contra ditadura. Porém, o legado continuou de pé e cresceu em cada indivíduo que teve contato com os trabalhos do teatro, que ia muito além da parte artística e ofertava ações diversas no sentido de formação e letramento racial da população negra. Para o professor Silvio Almeida (2022), em entrevista ao Podcast "Mano a Mano", o Teatro Experimental do Negro surge como uma possibilidade de ressignificar o lugar do negro frente ao desenvolvimentismo.

Este projeto disponibilizou a seus membros cursos de alfabetização e de iniciação à cultura geral, além do de noções de teatro e interpretação, mesclando aulas, debates e exercícios práticos, e contando com a contribuição dos professores Rex Crawford, Maria Yeda Leite e José Carlos Lisboa, do poeta José Francisco Coelho e do escritor Raimundo Souza Dantas, que ajudavam o grupo em formação por meio de palestras. (Acesso em: <http://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/teatro-experimental-do-negro-ten>)

Dentro de um Estado que almejava uma política de embranquecimento, isso não foi bem-quisto. Negros com consciência de classe e raça representavam uma ameaça para as elites que utilizavam do racismo estrutural, que na época ainda não era nomeado, como recurso para produção e enriquecimento nacional. No ano de 1970 isso se esboçou no censo realizado durante a ditadura, em que pela primeira vez o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) fez um questionário que não possuía opção de autodeclaração racial, impedindo uma análise sobre a situação socioeconômica da população negra. Fazendo um parêntese acerca disso, a (o) assistente social sempre foi empregado majoritariamente pelo Estado (Netto, 2005), ou seja, trabalhava dentro das demandas públicas e dados governamentais, o que torna uma medida como a do IBGE completamente nociva, limitando a criação de políticas públicas direcionadas para os problemas.

A década de setenta, mais especificamente a segunda metade, marca uma perseguição direta contra qualquer tipo de movimentação que possa representar uma ameaça, sendo o momento em que os militares observam infiltrados nas ações de grupos revolucionários, inclusive do movimento negro. Frantz Fanon (1956), em seu texto *Racismo e Cultura*, destaca que "a necessidade que o opressor tem, num dado momento, de dissimular as formas de exploração não provoca o desaparecimento desta última". Com a questão racial, durante a ditadura, não foi diferente. Apesar da negação, ela era determinante da lógica militar. Os dominadores do regime tinham plena consciência do papel que o racismo ocupava, por isso a tomada de consciência das camadas populares frente a desigualdade racial causava tanta alerta. Mais uma vez, a luta coletiva assume um papel central no processo de resistência.

A gente só pode ter por horizonte a luta coletiva. A emancipação coletiva. É isso que nós queremos, é isso que nós precisamos. Porque a mobilidade individual de nenhum de nós reverbera sobre a coletividade. (Carneiro, S. 2022)

Nas palavras de Sueli Carneiro, em sua participação no podcast *Mano a Mano*, em 2022, a organização coletiva para o enfrentamento dos desafios da época, como em todos os segmentos que resistiam à ditadura, foi essencial para a comunidade negra brasileira.

O Movimento Negro Unificado (MNU) surge, em 1978, com a ampliação do debate marxista durante a ditadura, especificamente a partir do grupo Convergência Socialista, em que militantes negros inspirados pela movimentação dos Panteras Negras nos EUA e pela libertação dos países africanos Angola, Guiné Bissau e Moçambique (Domingues, 2007). Iniciam o debate de que não era possível uma luta antirracista sem o viés anticapitalista. Nas escadarias no Teatro Municipal de São Paulo, com a presença de diversos intelectuais negros e totalizando 2 mil pessoas, um dos movimentos protagonistas na derrubada da ditadura ganha forma, contando com grande apoio popular e embasamento teórico. As principais pautas do MNU consistiam no fim do conceito de democracia racial, na conquista de melhorias trabalhistas e fim dos subempregos, confrontação organizada a violência policial e marginalização da população negra. Como elucida Domingues (2007),

Naquele período, o movimento negro passou a intervir amiúde no terreno educacional, com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica; na reavaliação do papel do negro na história do Brasil e, por fim, erigiu-se a bandeira da inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares. Reivindicava-se, igualmente, a emergência de uma literatura "negra" em detrimento à literatura de base eurocêntrica. (Domingues, 2007, p. 115)

Nas ruas, nas praças e na academia, o Movimento Negro Unificado expandiu o debate étnico-racial juntamente a proposta de luta coletiva e foi responsável por diversas conquistas para população negra, tanto no campo político quanto no social, desde a estética até a dignidade humana, que segue sendo pautada nas lutas dos movimentos contemporâneos. No campo do Serviço Social, o MNU chega com a organização de assistentes sociais negras, que anteriormente não possuíam um espaço para reivindicar suas pautas e denunciar o racismo perpetuado pelo tradicionalismo na profissão. Com o movimento, entoam a *questão racial como nó da questão social*, como tratado no artigo de Gonçalves (2018).

2.2. Assistentes Sociais negras e a reconceituação

Uma das maiores preocupações na construção dessa pesquisa foi a valorização da participação de assistentes sociais negras quando o Serviço Social brasileiro abraçava o Movimento de Reconceituação latino-americano e em seguida a sua renovação crítica ao tradicionalismo. O movimento negro exerceu papel fundamental na inserção do debate étnico-racial na profissão e foi essencial nas lutas populares no contexto de ditadura, para além dos campos teóricos metodológicos do Serviço Social. Todas as considerações trazidas na primeira parte desta pesquisa são fatores históricos que moldaram o lugar do negro na sociedade, originado do racismo estrutural, que atinge a economia, política e também a subjetividade (Almeida, 2018), responsável pela normalização da ausência de pessoas negras em espaços tomados como brancos, como por exemplo as universidades. Dentro da história do Serviço Social não foi diferente e, para comprovar, basta observar as referências bibliográficas que predominam nas grades curriculares do curso, com autores majoritariamente brancos e que perpassam as relações étnico-raciais ainda como um recorte. Camila Manduca Ferreira (2010), em sua dissertação “O Negro na Gênese do Serviço Social”, expõe a falha das revistas de Serviço Social em relação a publicação de artigos que discutiam a questão étnico-racial, mesmo com o início das discussões no final do século XX.

[...] a principal revista de Serviço Social do país na atualidade, a Serviço Social e Sociedade, tem, entre os seus cento e dois números publicados (até junho de 2010), apenas três artigos envolvendo temáticas “étnico-raciais”: no número 79 (2004) “As abordagens étnico-raciais no Serviço Social” de Matilde Ribeiro (Ribeiro, 2004), ressaltando a militância de assistentes sociais nos movimentos negros emergentes nos idos de 1980; no número 81(2005) “A questão racial na Assistência Social: um debate emergente” de Sarita Amaro (AMARO, 2005), sobre políticas de ação afirmativa; e no número 99 (2009) “A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social”, de Roseli da Fonseca Rocha (Rocha, 1999). (Ferreira, 2010, p. 09)

Ao observar as datas das publicações citadas temos o fator comum de que todas se passam aproximadamente 10 anos após a concretização do Projeto Ético-Político, ou seja, tardou uma década para o Serviço Social crítico começasse a levar em consideração as relações étnico-raciais como tema relevante para fomentação de debates dentro dos espaços da categoria. Outro elemento relevante a ser analisado é que todas as autoras elencadas são negras, demonstrando que o pacto da branquitude também existia – e segue existindo – entre assistentes sociais que não realizavam uma abordagem antirracista nas produções bibliográficas, ignorando que a maior parte da população que contata o Serviço Social tem cor e endereço definidos. Dentro desse pacto, profissionais brancos possuíam o direito ao silêncio, tendo em vista que aquela opressão ainda era tida como pauta identitária e cabia aos negros se posicionarem sobre o sofrimento que os afetava, já que para acabar com o racismo bastava só realizar derrubar a ordem do capital. Mas, utilizando novamente as palavras de Renata Gonçalves, "racismo estava entranhado no seio da classe trabalhadora não negra, que viu vantagens em se identificar com o ex-senhor de escravos" (2018, p. 520). Sendo assim, o caminho para acabar com essa estrutura também exige um trabalho de consciência da população que se beneficia do racismo até mesmo nas pequenas esferas. Partindo do que Marx e Engels expuseram entre 1845 e 1846,

A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual [...]. Os indivíduos que compõem a classe dominante [...] regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo. (Marx, Engels. 1845-46, p. 47)

Dentro de uma sociedade capitalista, os interesses dos detentores dos meios de produção prevalecem para além do campo econômico, interferindo também na produção intelectual e científica. Como já pontuado, o racismo é uma das bases do capitalismo, um está diretamente ligado ao outro e precisam coexistir para própria reprodução, principalmente no estágio de neoliberalismo em que o Brasil se encontra. Portanto, a democracia racial ainda está impregnada na sociedade, reproduzida majoritariamente por brancos (as), que ainda ocupavam – e ocupam – os espaços de produção teórica e científica, como as universidades. Era de interesse das elites que não se expandisse a literatura negra e antirracista, que vinha sendo ampliada pelo MNU no final do século XX entre as camadas populares e chegava cada vez mais as universidades. A luta para que o Serviço Social andasse na contramão do racismo estrutural e construísse um anticapitalismo com uma leitura das particularidades da sociedade brasileira se deve as reivindicações internas de assistentes sociais negras, que ocupavam espaços nas entidades e produziam conhecimento buscando representar a classe trabalhadora e também a si mesmo dentro de um espaço embranquecido. Para deixar viva a memória das que se foram e

celebrar o legado de quem ainda vive o Serviço Social, os próximos itens deste trabalho têm por objetivo compartilhar a participação de mulheres que construíram a história da profissão ainda que colocadas em um lugar de coadjuvantes pela academia.

2.3. O pioneirismo de Maria de Lourdes do Nascimento

Nascida em 1924, no município de Franca, Maria de Lourdes Vale Nascimento carrega muitos feitos e uma trajetória memorável dentro da luta por igualdade racial e de gênero. Infelizmente, a estrutura machista muitas vezes a coloca apenas como companheira de Abdias Nascimento na fundação do TEN, mas seu legado é gigante como mulher negra, jornalista, assistente social e ativista. Formada em contabilidade, no Ateneu de Franca, Maria de Lourdes faz parte da baixa estatística de mulheres negras com formação escolar completa e ensino superior mostrando que, quando o acesso à educação é possível, ele tem potencial de ser libertadora.

Maria de Lourdes faz parte do grupo de pessoas negras que acreditavam na luta coletiva, levando isso para prática em 1944, quando se tornou membra fundadora do TEN, ao lado de Abdias, no Rio de Janeiro. Dentro do TEN, ela obteve uma posição importante nas movimentações por igualdade de gênero e organização de mulheres negras na luta política, além de ser uma das organizadoras do jornal "Quilombo: vidas, problemas e aspirações do negro", utilizado para tratar temáticas culturais, sociais e políticas dialogando com a realidade do povo negro. Os periódicos, juntamente as rádios, eram as melhores estratégias de propaganda política e denúncias, sendo muito utilizado por movimentos de esquerda como forma de contatar a classe trabalhadora em conjunturas de censura e disputa política. No caso deste trabalho, iremos nos ater apenas a coluna *Fala Mulher*, redigida por Maria entre 1948 e 1950 dentro do jornal *Quilombo*, espaço em que ela denunciava temas como a marginalização das favelas, infâncias negras cercadas pelas violências e a falta de oportunidade de mulheres negras perante a sociedade da época. Nas palavras de Lourdinha, como era carinhosamente chamada, encontramos uma fala muito afetiva com suas "patrícias de cor", termo utilizado para se referir as suas leitoras negras, que possuíam uma relação de troca com a coluna, escrevendo cartas para a autora. Infelizmente as referências sobre a trajetória de Maria Nascimento são escassas, nos levando a utilizar como fonte primária seus escritos para o *Fala Mulher*, que se tornaram contribuições ricas para história do negro brasileiro, eternizadas pelo acervo digital do IPEAFRO (Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros).

Ao iniciar este trabalho, a tarefa de relacionar a vida de uma das primeiras assistentes sociais negras do Brasil com o Movimento de Reconceituação, parecia mais difícil do que

realmente é. De fato, não é um tema muito abordado ou com grande desenvolvimento, mas a materialidade da memória de Maria Nascimento facilitou o processo. Os escritos que utilizaremos antecedem o período do Movimento de Reconceituação latino-americano e da renovação do Serviço Social brasileiro, mas permite entender a realidade que atravessava o trabalho do assistente social e as ideias críticas que começavam a chegar nos territórios. Introduziremos, aqui, o primeiro parágrafo da primeira publicação da coluna, que levava o título "Crianças Racistas" (Nascimento, 1948).

DESTA coluna conversarei com minhas patrícias de côr. Discutiremos nossos problemas, minhas patrícias, com a simplicidade de verdadeiras irmãs e amigas que se amam. E mesmo quando o debate se tornar porventura mais acalorado, nunca deveremos perder a serenidade. Na maneira de falar e de agir revelamos condições de seres humanos ou procedimento inconsciente de irracionais. Vamos, pois, conversar e atuar como pessoas que só não estão mais integradas neste seculo de civilização e progresso por falta de oportunidade. Oportunidades que doravante lutaremos por conseguir. (Nascimento, 1948, p.8) ⁸

Em tempos de mito da democracia racial, Lourdinha se empenhava em comprovar que a população negra era privada das oportunidades de viver igualmente ao resto da população que possuía acesso à educação, aos centros urbanos com saneamento básico e à liberdade de existir sem se sentir diminuído pela cor da pele. Ao final do trecho, declara que por meio da luta essa realidade mudará. No seguimento do texto, a temática aborda uma situação de racismo partindo de uma criança, que foi a um ambiente com pessoas de diferentes etnias e ao ser questionada se tinha gostado da experiencia, relata que não justamente pela diversidade das outras crianças que estavam lá. Maria inicia, então, um debate sobre a necessidade de não permitir que esse racismo seja perpetuado e como os pais devem se atentar aos seus filhos, não permitindo que reproduzam esse preconceito.

Na edição seguinte do jornal, o *Fala Mulher* dá continuidade ao debate sobre a infância, agora intitulado de "Infâncias agonizantes". O texto de Nascimento (1949) aborda a desumanização de crianças negras e o trabalho infantil

Voces sabem, minhas amigas, qual foi o coeficiente de mortalidade infantil no Distrito Federal entre 1939-1941? Pasmem: segundo estatísticas do Departamento Nacional da Criança, brancas 123,30 e pretos e mestiços 227,60! Portanto morre quase duas crianças de cor por cada uma branca. Na cidade de São Paulo, entre 1938-1940, a situação foi ainda mais grave: brancas 120,59 e pretos e mestiços

⁸Essa citação e as demais, retiradas da coluna *Fala Mulher*, foram inseridas no texto sem alterações em relação a escrita original, por isso conta com erros gramaticais e ortográficos, condizentes com as normas de quando foi publicado.

275,39. Quer dizer que enquanto morria uma criança branca, morriam mais de duas crianças de cor! (Nascimento, 1949, p. 8)

E, após exibir os dados, convida as mães e mulheres negras a se organizarem diante do cenário caótico, em busca de justiça social para as pequenas vítimas do racismo.

A todas nós, mulheres negras, compete modificar esse quadro sombrio. Como? Esperando que o governo venha em nosso auxílio, aguardando a comiseração de instituições de caridade? Não. Devemos frequentar postos de puericultura, conseguir leitos em maternidades, aprender preparar alimentação adequada ao bebê, e a manter um ambiente de higiene, mesmo com o pouco dinheiro que pudermos dispor. Nada de desânimo quando uma maternidade, por exemplo negar o ingresso. Devemos procurar o diretor do estabelecimento, insistir, usar todos os meios e remover as dificuldades, ainda mesmo que sejam motivadas por discriminação de cor, conforme muitos casos que conheço. O que está em jogo é a saúde do filhinho, e ele merece de nós todos os sacrifícios. (Nascimento, 1949, p. 8)

Um fato interessante dessa citação é que Maria se mostra desacreditada de qualquer tipo de auxílio estatal para proteção das crianças negras e convoca suas leitoras para agirem quanto a desumanização dessas infâncias. Dito isso, onde estava o Serviço Social diante dessas desigualdades? Provavelmente culpabilizando as mulheres a partir do moralismo cristão e racista, guia da atuação dos assistentes sociais da época. Os escritos de Maria deixam nítido como o método de caso e comunidade eram insuficientes dentro de um sistema que se beneficia do trabalho infantil.

No próximo trecho, atentemos os olhos para a citação de "funcionária pública", nele podemos considerar as assistentes sociais negras, que no período da reconceituação latino-americana, já erguiam a cabeça diante das discriminações que as cercavam dentro do sistema. Podemos deduzir que essas mulheres provavelmente adentraram nos movimentos de reconceituação e renovação do Serviço Social como forma de mudar o horizonte de seus pares e os seus.

Acontece, porém, que a mulher negra está abrindo os olhos. Durante a escravidão e mesmo agora na República, ela existiu passiva, amamentando "sinhosinhos" e aos filhos do "seu doto". Subjugada diminuída, refugiava-se na sua doçura e mansidão natural, sem armas para lutar e resistir nos mais vis assaltos à sua honra e dignidade pessoal. Felizmente esse tempo está passando. Empregada doméstica, funcionária pública, comerciária, industriária, médica, advogada ou mães de família, a mulher negra está aprendendo a andar de cabeça erguida a impor sua personalidade. Há muitos problemas, muitas situações a resolver. (Nascimento, 1949, p.3)

A autora também tratava como prioridade a regulamentação do trabalho doméstico. Esse que era exercido em suma por mulheres negras, ainda estava no campo dos subempregos ao final da década de quarenta, enquanto presenciávamos o varguismo avançar em relação aos trabalhos ocupados pelos brancos.

A regulamentação do trabalho doméstico, porém, é de uma urgência que não admite mais protelações. Devemos todos que somos verdadeiros amigos do nosso povo de cor envidar todos os esforços para conseguir medidas de proteção à essa classe tão laboriosa, humilde, sofredora e indispensável. (Nascimento, 1949, p. 3)

Maria de Lourdes Vale Nascimento demonstra que até diante dos piores cenários, sua atuação foi crítica, antes mesmo do Serviço Social brasileiro entender o sentido dessa palavra. Pioneira na luta antirracista e no movimento de mulheres negras, deixou o legado de construção coletiva e popular, demonstrando a importância de se aliar a classe trabalhadora.

2.4. A pureza do samba de Dona Ivone Lara

Conhecida principalmente pela força de seu samba, o que deixam de falar sobre Dona Ivone Lara é que ela também fez história no campo da saúde mental no Rio de Janeiro, tendo trabalhado no hospital psiquiátrico Pedro II ao lado de Nise da Silveira. Ela foi uma das primeiras assistentes sociais negras do Brasil e também integra o seleto grupo da década de quarenta: mulheres pretas que concluíram o ensino superior, de difícil acesso até os dias atuais.

Natural do Rio, a primeira-dama do samba foi criada pelo seu tio, por ter se tornado órfã aos 11 anos. Em diversas entrevistas ela relata que cresceu em meio ao samba, tocando cavaco e cantando juntamente a sua família e comunidade, enquanto as outras meninas da casa ficavam encarregadas dos serviços domésticos, por se "diferenciar" com seu talento.

Devagarinho, Dona Ivone se formou como enfermeira aos 21 e anos depois como assistente social, mais especificamente em 1947, carreira que exerceu por 30 anos na área da saúde. Dona Ivone carregava na sua ancestralidade uma pauta muito importante para transformação do Serviço Social: a laicização da profissão. Não era necessariamente manifestada em falas revolucionárias, mas estava presente na vivência negra, em seu samba e na negação a um atendimento moralista católico, ainda que sua formação tenha acontecido com a base tomista nas primeiras escolas de Serviço Social. No artigo “Em passos firmes, linha reta”: lutas antirracistas e o trabalho profissional de assistentes sociais (Gonçalves, G; Fornazier; Favaro, 2022), Dona Ivone se mostra referência para população negra demonstrando valorizar suas raízes.

Dona de letras que trazem a realidade do povo negro, da opressão e das mazelas, Ivone Lara compunha para dar acalanto e resistência aos seus. Oriunda de família pobre e detentora de uma força ancestral incontestável, sua trajetória abriu caminhos para a valorização da cultura negra e a religiosidade dos povos de matrizes africana e afro-brasileira. Assim, “consideramos nossa pioneira herdeira do legado ancestral da resistência das mulheres negras em suas manifestações africanas no Rio — o samba, a capoeira, as danças de roda, a religiosidade da umbanda” (Scheffer, 2016, p. 486). (Gonçalves, G; Fornazier; Favaro, 2022, p. 128)

Antes mesmo da Reconceituação, Dona Ivone Lara levantava questões sobre a posição do negro na sociedade e a importância da humanização nos atendimentos realizados pelas assistentes sociais da época, que deveriam analisar o todo e fazer um trabalho para além do indivíduo, incluindo sua família. Em sua música "Sorriso Negro", a primeira-dama do samba se mostra contrária a ideia eugênica de que negros eram mais preguiçosos ou incapazes, entonando o canto "Negro sem emprego, fica sem sossego", seguido de "Negro é a raiz da liberdade", que se tornou uma filosofia para vidas negras transmitindo a coragem de buscar ser livre, não de um indivíduo como no escravismo, mas de um sistema que aprisiona de diversas outras formas.

No que tange as contribuições diretas ao Serviço Social, lembrar o trabalho que Ivone realizava como assistente social "psiquiatra" no Centro Psiquiátrico Nacional D. Pedro II é imprescindível para fazer jus a sua memória. Foi lá que Dona Ivone conheceu Nise da Silveira, tida como referência na luta antimanicomial na atualidade e criadora de métodos humanizados em seus tratamentos. Sobre Nise, ela relata:

Doutora Nise da Silveira era minha supervisora no Serviço Social. Ela ainda não tinha fundado a Casa das Palmeiras nem começado a fazer tratamentos revolucionários, mas já sabia que era importante avaliar a família dos pacientes. (Lara, apud Burns, 2009, p. 86)

Esse encontro das duas engatilhou outras perspectivas para saúde, pois ambas acreditavam na arte como recurso dentro do tratamento dos pacientes que atendiam. Dona Ivone e Nise foram questionadoras dentro do centro psiquiátrico, indagando até mesmo a necessidade de leitos e a lobotomia, que era normalizada na época. Realizando uma conexão com a sua paixão, Ivone também inaugurou o "dia para os doentes", em que as pessoas internadas poderiam escolher formas de se expressar livremente.

Nesses dias especiais, a gente organizava alguns internos que queriam se apresentar, dançar, cantar, e eram essas atividades mais estimulantes pelo método da doutora Nise, que começava ser posto em prática. (Lara, apud Burns, 2009, p. 87).

A influência desses métodos repercutiu também por meio dos estágios de Serviço Social realizados na Casa das Palmeiras, onde Nise e Dona Ivone aplicavam com maior autonomia suas visões sobre a saúde mental. A busca por familiares que moravam longe ou não estavam registrados foi um dos maiores feitos da assistente social enquanto exercia seu trabalho, ocorrendo por meio dele a liberação de diversos pacientes que há anos estavam na condição de internos no hospital psiquiátrico sem ao menos precisarem. Nas canções da sambista podemos visualizar indicações do trabalho que ela realizava, tendo em vista que a arte reflete a vida. Até sua aposentadoria em 1977, conciliou sua vida musical com a carreira de assistente social que durou 30 anos. A composição "Sonho Meu" traz momentos como "Vai buscar quem mora longe, sonho meu", e também "Vai mostrar esta saudade [...] Com sua liberdade [...]", o que nos remete a possível sensação de incentivo a um reencontro dos indivíduos que viviam na solidão dos leitos e agora poderiam realizar o sonho de retomar o que havia se perdido.

Por fim, apesar do apagamento realizado pelo Serviço Social subjetivamente, Dona Ivone Lara deixou um legado em cada ação cotidiana. Mostrou-se a frente do seu tempo e influenciou na formação de assistentes sociais que vieram depois dela, nos campos de estágio e também na repercussão de seus métodos já utilizados no período da reconceituação e entre as décadas de sessenta e oitenta. Enquanto artista ela confirma que "nasceu para sonhar e cantar" e como profissional nos convence de que "há sempre um amanhã".

2.5. Memória viva de Matilde Ribeiro

Dona de si e do mundo

Mulher negra é dona de si,
Mas não nasce com esse saber.

O mundo lhe diz não,
Parece que seu destino é sofreguidão. [...] (Ribeiro, 2021)

Ao pensar em uma expressão da reconceituação e elemento da renovação crítica em forma de mulher negra, é necessário citar Matilde Ribeiro, que fez parte da inserção de um debate étnico-racial bem fundamentado no Serviço Social, exercendo diversas funções em meio a categoria, seja dentro do trabalho profissional ou no cotidiano docente, auxiliando diretamente na formação crítica de vários profissionais. Foi, ainda, primeira-ministra na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de 2003 a 2008, nos primeiros mandatos do governo Lula.

Matilde Ribeiro nasceu em 1960 e atualmente é docente na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção, no Ceará. Para chegar nessa posição, graduou-se em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1983, onde também concluiu seu mestrado em Psicologia Social (1999) e

doutorado em Serviço Social (2013). Suas produções teóricas centram-se principalmente na questão étnico-racial e de gênero, como em seu artigo “Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política”, presente no livro “Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores” (1998), que perpassa principalmente a relação do racismo e machismo dentro da conjuntura da época, na sociedade e nas organizações partidárias. Além disso, no campo profissional, a assistente social possui um grande envolvimento com a criação e manutenção de políticas públicas para população negra, exercendo papel fundamental à frente da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no primeiro governo Lula. Em seus anos de atuação como ministra, fez parte da discussão sobre implementação das cotas raciais e mostrou resistência diante dos ataques promovidos pelos partidos de direita. Um desses ataques bastante conhecido, ocorreu quando a ex-ministra se posicionou contra a existência do termo “racismo reverso”, que consiste na falsa concepção de preconceito racial contra pessoas brancas. Ela se tornou vítima de ameaças de integrantes do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) que alegavam uma falta de representatividade para pessoas brancas por parte do ministério.

Rebobinando a trajetória de Matilde, podemos observar que ela ocupou papel fundamental impulsando o debate étnico-racial nos Congressos que aconteciam nos anos 1980, enquanto ainda era discente de Serviço Social na PUC São Paulo. Em entrevista realizada por Ricardo de Souza Janoário e Roseli de Souza à Revista *Libertas*, é possível identificar que além de vivenciar a transformação do Serviço Social brasileiro e a disputa contra o conservadorismo, Matilde também ajudou a escrever a história da profissão.

A criação do MNU (Movimento Negro Unificado) em 1978 estimulou a mobilização dos negros na PUC. Em São Paulo, eu, Majô, que infelizmente faleceu esse ano, e Suelma, éramos recém-formadas e resolvemos escrever uma comunicação para este congresso: “A questão racial como elemento de transformação no Serviço Social”. Escrevemos essa comunicação e fomos para o congresso e, para a nossa surpresa, o Rio havia feito a mesma coisa. Lá estavam a Magali, a Fátima e um grupinho que possuía uma “tese para ser defendida” nesse congresso. (Ribeiro, 2013)

E ainda sobre a participação de outras estudantes e assistentes sociais negras presentes, ela afirma:

Mas quero afirmar que não foi coincidência, nós fomos produto de um momento histórico que despertou no interior do Serviço Social as preocupações com a classe trabalhadora, com as transformações sociais e com uma grande aproximação com o marxismo. (Ribeiro, 2013)

Partindo desses relatos comprova-se que a assistente social integrou um importante grupo para o Serviço Social formado por mulheres negras motivadas e organizadas pelo MNU, com um debate afiado acerca de gênero, raça e classe. Ribeiro e outras companheiras surgem para mostrar que o atraso em relação ao debate étnico-racial não poderia mais ser aceito e a população negra tinha pressa de viver. Em 1988, formou-se um momento decisivo para inserção da categoria na luta antirracista, que consistiu na integração da marcha contra a farsa da abolição.

Em 1988, ocorreram, também, as mobilizações do Movimento Negro em resposta à estratégia do Estado de comemorar O Centenário da Abolição. Tudo isso contribuiu para que tivéssemos protagonismo naquele momento. Algumas de nós, como aconteceu comigo, tomamos a decisão de mantermos nossa presença no Movimento Negro. No meu caso, militei no Movimento de Mulheres Negras, no Movimento Feminista, no Movimento Negro e no Partido dos Trabalhadores (PT). Hoje, minha participação é diferenciada, é escrevendo um texto, fazendo uma palestra, contribuindo para a organização de eventos. (Ribeiro, 2013)

Nesse último fragmento da entrevista temos marcado o ápice da fase de organização das assistentes sociais negras em meio as entidades do Serviço Social, em que Matilde relata integrar o CRASS (Conselho Regional dos Assistentes Sociais), atualmente conhecido como CRESS.

Nos anos 80, cheguei a fazer parte aconteceu naquela conjuntura, que foi a tomada dos Conselhos Regionais, das entidades fiscalizadoras. Mas cheguei a fazer parte desta investida dos profissionais militantes desta categoria, dos órgãos dessa fiscalização desta categoria, que até então era o lugar da direita. Inclusive, o meu impulso para a entrada do Movimento Negro se deu aí. Em 1988, final de 1987, início de 1988, quando o Movimento Negro chamou as instituições para debater o posicionamento do movimento social contra o posicionamento do Governo Sarney, em comemoração aos cem anos da abolição, então eu estava como parte integrante da direção do Conselho Regional dos Assistentes Sociais. Chegou a carta, e na hora de distribuir tarefas, estava lá convidando o CRASS, na época para fazer parte desta mobilização. Eu era a única negra na direção e o pessoal da equipe disse: Matilde olha aqui! Então eu disse: Por que tem que ser eu? Eles estão convidando a instituição, mas eu fui. (RIBEIRO, Matilde. Entrevista com Matilde Ribeiro/Interview with Matilde Ribeiro. *Libertas*, v. 13, n. 1, 2013, p. 223)

Simultaneamente a ela, outras mulheres negras começavam a fazer suas vozes ecoarem com todas demandas e denúncias sobre a realidade da população negra brasileira, que sempre foram os principais usuários nos espaços de trabalho profissional do Serviço Social. A profissão segue colhendo os efeitos dessa mobilização até hoje, porque foi a partir dela que se iniciou a

construção crítica aliada a um combate às desigualdades. Não podemos afirmar que o Movimento de Reconceituação e renovação crítica acabaram com o racismo, longe disso. Mas é preciso registrar que foi a partir desses momentos, com a presença de assistentes sociais negras, que o Serviço Social iniciou um enfrentamento efetivo as estruturas que motivam a questão social.

Resgatar a história que não é contada, trazendo o protagonismo sobre os indivíduos que por muito tempo foram colocados como coadjuvantes, é um compromisso político. Mesmo diante das tentativas, explícitas ou veladas, de silenciamento das críticas, nos espaços de organização da categoria e na sociedade, essas mulheres persistiram em fazer suas percepções acerca dos indicadores sociais de gênero, raça e classe, sobressair. Resgatar a memória das que se foram e enaltecer a trajetória das que ainda compõem a categoria, é uma forma de abrir caminhos para as próximas gerações de pessoas negras que estão chegando, visto que há uma crescente na composição de assistentes sociais negros comparado ao censos passados: das 44.212 assistentes sociais que responderam a campanha de recadastramento realizada pelo conjunto CFESS-CRESS realizada entre 2016 e 2019, 50,34% se autodeclararam “Preta/Negra/Parda”, totalizando 22.255 pessoas negras no Serviço Social brasileiro. Por fim, produzir referências negras é resistir contra o avanço neoliberal nas ciências e abrir portas para atuações necessárias contra o capital, assim como a de Matilde Ribeiro, em sua atuação profissional como ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no primeiro Governo Lula e em toda sua trajetória acadêmica, que resulta cotidianamente na permanência material e simbólica (Alves; Casali; 2021) de estudantes negro.

[...] Sim... mulher negra é dona de si,

E se não nasceu sabendo,

Se a mesquinhez humana lhe escondeu esse segredo,

Deve ficar atenta aos acenos do vento,

Que a levarão ao lugar de si própria.

É nessa hora que vem a descoberta:

"Sim... mulher negra é dona de si"!

E a luta é para que também se aproprie,

Cada vez mais de si própria e do mundo a sua volta! (Ribeiro, 2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade de capitalismo dependente e estruturação do Brasil, em cima do racismo e acumulação primitiva, agudizou as expressões da Questão Social de forma que os assistentes sociais abandonaram a posição de mera manutenção do sistema, procurando bases teórico-metodológicas para fundamentar a nova posição diante do trabalho profissional no cotidiano vivenciado. No que tange os principais elementos da Reconceituação, podemos citar a erupção do capitalismo dependente como maior fator, visando que a ditadura foi motivada pela necessidade burguesa de tomar controle dos movimentos populares que nasciam e cresciam em seio latino-americano. Aliado a isso, a força e espírito de renovação que pairava sobre as escolas de serviço social e movimento estudantil como um todo, foram detalhes importantes para coragem expressada, que se espalhou pelas ruas em 1968 e está presente na profissão até hoje. Por fim, a inserção dos assistentes sociais na divisão sociotécnica do trabalho se mostrou um ponto chave no reconhecimento dos profissionais como integrantes da classe trabalhadora, vulneráveis a todas as armadilhas do capital.

No âmbito das expressões geradas pelo movimento, é possível afirmar que a ruptura não foi um processo fácil e tampouco homogêneo, abarcando correntes antagônicas até o momento em que se concretizou a renovação crítica como principal linha na construção do Projeto Ético-Político, que consistiu na efetivação do Código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão e Diretrizes e Bases do Serviço Social, construídas na década de 90. Além disso, a capacidade de organização da categoria se mostrou avançada, contando com congressos, entidades e eventos constantes para não estagnar a discussão sobre um Serviço Social crítico, com uma práxis a seguir e embasamentos teóricos-metodológicos firmados em cima de um debate Marxiano. Cada passo rumo a emancipação dado pelo Serviço Social brasileiro é uma expressão concreta desse movimento que trouxe novos rumos para o que parecia não ser mutável.

Apesar desses avanços, é preciso considerar que também existe um atraso no debate étnico-racial na profissão. Somente a partir do final do século XX encontramos mobilizações concretas em relação ao racismo, que segue muito presente e institucionalizado nas relações do Serviço Social, dentro dos estágios, salas de aula, espaços sócio-ocupacionais e também por meio das ausências. Neste estudo foram trabalhadas apenas três profissionais, e diante disso devemos considerar algumas limitações que podem gerar uma ampliação futura do debate em questão. Entre elas estão: a limitação regional, por serem assistentes sociais apenas da região Sudeste; limitação de fontes, devido aos poucos registros encontrados e por último,

uma limitação bibliográfica no sentido de que as mulheres escolhidas, com exceção de Matilde Ribeiro, não possuem publicações diretamente relacionadas as escolas de Serviço Social, ficando por minha conta procurar elementos de suas vivências, como as músicas e matérias de jornal, e relacionar com os diferentes momentos da profissão. Essa pesquisa serve como um pontapé para que continuemos enegrecendo as prateleiras das bibliotecas, as salas de aula e as cadeiras das entidades, que como visto na trajetória de Matilde, foram essenciais na articulação dos assistentes sociais frente as mobilizações antirracistas.

Outra consideração a se fazer é que o trabalho se ateve apenas as relações étnico-raciais da população negra e não consiste no foco dessa pesquisa a participação e luta dos povos originários, que também sofrem cotidianamente com o apagamento racista de sua história e vem procurando espaço dentro da categoria. Espero que, ao realizar a leitura desse estudo, outros pesquisadores se inspirem e iniciem essa discussão no campo dos fundamentos, para que os frutos de uma renovação verdadeiramente crítica continuem sendo colhidos e novas sementes plantadas, sem perder de vista a luta de classes e as ferramentas marxianas. Retomar a história do Serviço Social se faz necessário em tempos de reatualização do conservadorismo para que os futuros e atuais assistentes sociais se lembrem cotidianamente do sentido da profissão, que se reconstruiu e é construída dentro da busca pela aproximação constante com a classe trabalhadora e abarcando as particularidades que a compõem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Maria Angela Rodrigues de. **O metodologismo e o desenvolvimento no serviço social brasileiro: 1947 a 1961**. Serviço social & realidade, Franca, v.17, n.1, p.268-299, 2008).
- BATISTONI, M.R. **Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias**. In: IAMAMOTO, M.V; SANTOS, C.M. A História pelo avesso- a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e locuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021. p 71-93.
- _____. O Movimento de Reconceitualização no Brasil: O Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964- 1980). Revista Em Pauta, v. 15, p. 136-150, 2017.
- BATISTONI, M.R.; SILVA, J. F. S. **Renovação crítica do Serviço Social no Brasil: legado, tendências e desafios contemporâneos**. In: Nogueira, Cláudia Mazzei.; Gonçalves, Renata.; Nozabielli, Sônia. Trabalho, movimentos e políticas sociais: diálogos com o Serviço Social. São Paulo: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021. p 81-98. 4.
- BURNS, M. **Nasci para sonhar e cantar**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- CARINA, B; SERPA, M; SILVA, J.F.S. **Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.
- CBCISS, **Teorização do Serviço Social: documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré**. 2a. ed., Rio de Janeiro: Agir, 1986.
- CFESS; ABEPSS; ENESSO; CRESS-SP (Orgs). **30 anos do Congresso da Virada – 1979-2009**. Brasília: CFESS, 2009.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, v. 12, p. 100-122, 2007.
- DURIGUETTO, M. L.; PINTO, A. P.; MOLINA, P. V.; MARRO, K.; BRAVO, V. O. **O serviço social chileno e as relações com as organizações, movimentos e lutas da classe trabalhadora**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Vitória, 2018.
- FANON, Frantz. **Por uma revolução africana: textos políticos**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.
- FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)**. Rio de Janeiro: UFRJ (2010).
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e Classes sociais na América Latina**. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.
- _____. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Edusp, 1965. 2v. (Ciências Sociais Dominus, 3)
- GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. Revista Katálysis 21 (2018): 514-522.
- GUTIÉRREZ, T. del P. M.; GARCÍA, M. Y.; CABEZAS, E. G.; MASSON, G. A. **Tendências teóricas do Serviço Social/Trabalho Social em Cuba: uma avaliação desde a**

contemporaneidade. In SILVA, J. F. S. da (org). Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas – contribuições ao debate latino-americano. São Paulo: Cortez, 200-236, 2022.

IAMAMOTO, M.V. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, história na mão.** SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, v. s/v, p. 13-38, 2017.

_____. **A História pelo avesso – a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.** São Paulo: Cortez Editora, 2021.

_____. **A pesquisa em rede “o movimento de reconceituação do serviço social na américa latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”.** XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2022.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo, Cortez Editora, 2007.

LENIN, Vladimir Ilyich. **O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo.** Campinas: Navegando, 2011, 270p.

LEORATO, Samara. **O movimento de reconceituação do serviço social brasileiro.** Revista Maiêutica, Indaial, v. 4, n. 1, p. 25-33, 2017.

Mano a Mano: Sueli Carneiro. Entrevistado: Sueli Carneiro. Entrevistador: Mano Brown. São Paulo: in Spotify, 26, maio de 2022.

MACEDO, Myrtes de Aguiar. "Reconceituação do serviço social: formulações diagnósticas." (1981).

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã (1845-46).**

MARX, K. **A assim chamada acumulação primitiva.** In: Karl. O Capital: Crítica da economia política, livro I, tomo II. Tradução Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção Os Economistas.

MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S. da; PAGAZA, M. H. R.; ZAMPANI, R. O. **Movimento de reconceituação e serviço social argentino.** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Vitória, 2018.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro.** São Paulo, Editora Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** 1994.

NASCIMENTO, Maria de Lourdes Vale. **Instalado o Conselho Nacional das Mulheres Negras.** Coluna “Escreve a Mulher”. Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro, Rio de Janeiro, ano 2, n. 9, p. 4, mai. 1950c. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/ten-publicacoes/jornal-quilombo-no09/>. Acesso em 28 nov. 2023.

_____. **O Congresso Nacional de Mulheres e a regulamentação do trabalho doméstico.** Coluna “Fala a Mulher”. Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 3, jul. 1949b. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/ten-publicacoes/jornal-quilombo-no-04/>. Acesso em 28 nov. 2023.

_____. **Infância agonizante.** Coluna “Fala a Mulher”. Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 8, mai. 1949a. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/ten-publicacoes/jornal-quilombo-no-02/>. Acesso em 28 nov. 2023.

_____. **Crianças racistas.** Coluna “Fala a Mulher”. Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 8, dez. 1948. Disponível em:

<https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/ten-publicacoes/jornal-quilombo-no-01/>. Acesso em 28 nov. 2023.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-pnetto_.pdf (acesso em 21/05/2022)

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991. 5

_____. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O Serviço Social e a tradição marxista**. *Serviço. Social e Sociedade*, São Paulo, n.30, p.89-102, 1989.

RIBEIRO, Matilde. **As políticas de igualdade racial reflexões e perspectivas**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____. **Entrevista com Matilde Ribeiro/Interview with Matilde Ribeiro**. *Libertas*, v. 13, n. 1, 2013.

_____. **Políticas de Promoção da Igualdade Racial No Brasil (1986-2010)**. Garamond, 2019.

SANTANA, R.S.; SILVA, J.F.S. **Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológicas concretas e expressões no Serviço Social**. *Revista Libertas*, v 20, n.2, p. 351-372, julho/dezembro 2020

SANTOS, Leila Lima. *Textos de Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SCHEFFER, G. **Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 127, p. 476- 495, set./dez. 2016.

SILVA, J.F.S.; MOLJO, C.B. **Cultura Profissional e tendências Teóricas Atuais: o Serviço Social Brasileiro em Debate**. In GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira M. B; MOLJO.

SILVA, J.F.S. **O debate crítico do Serviço Social na América Latina: gênese e desenvolvimento no Brasil**. In: SOUZA, Edvânia A.; SILVA, Maria Liduína Oliveira. *Trabalho, questão social e Serviço Social: a autofagia do capital*. São Paulo: Cortez, 2019. p 103-124.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e Silva. **Congresso da Virada e Serviço Social hoje**. São Paulo: Cortez, 2019.

XAVIER, Giovana et al. **Maria de Lourdes Vale Nascimento: uma intelectual negra do pós-abolição**. 2020.

YAZBEK, MC; IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

YAZBEK, MC. **Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo**. *Libertas* 20.2 (2020): 293-306.

YAZBEK, MC. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. *CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília-DF (2009).